PUBLICAÇÃO EXPRESSA

NOTA TÉCNICA

Nº 69

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

NARRATIVAS DESINFORMATIVAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TELEGRAM: ANÁLISE COMPARATIVA EM PERSPECTIVA TEMPORAL (2022–2026)

Equipe técnica:

Antônio de Pádua de Lima Brito
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea). E-mail: <antonio.brito@ipea.gov.br>.

Leonardo Fernandes Nascimento
Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea; professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Produto editorial: Nota Técnica
Cidade: Brasília/DF
Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano: 2026
Edição: 1ª

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

ipea
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministro Bruno Moretti

ipea

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta
LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional
FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
PEDRO CARVALHO DE MIRANDA

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA

Diretora de Estudos Internacionais
KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete
SHEILA CRISTINA TOLENTINO BARBOSA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social
GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: https://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: https://www.ipea.gov.br

NARRATIVAS DESINFORMATIVAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TELEGRAM: ANÁLISE COMPARATIVA EM PERSPECTIVA TEMPORAL (2022–2026)

Antônio de Pádua de Lima Brito[1]

Leonardo Fernandes Nascimento[2]

RESUMO

Esta nota técnica apresenta análise comparativa das narrativas de desinformação sobre políticas públicas em grupos e canais de extrema-direita no Telegram, com base em corpus de 652.388 mensagens coletadas entre março de 2022 e março de 2026, abrangendo 1.512 canais e 567 grupos. A pesquisa, desenvolvida em parceria entre o Ipea e o Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHDUFBA), identifica padrões de persistência e deslocamento temático em 24 áreas de políticas públicas ao longo de três janelas temporais — quatro anos, dois anos e seis meses. A análise mobiliza perspectiva cibernética (Cesarino, 2022) para interpretar as novas mídias não como causas, mas como mediações que favorecem a desintermediação do sistema de peritos e a formação de públicos antiestruturais. Os resultados evidenciam concentração temática em torno de Administração Pública e Política Econômica, com variações sazonais associadas ao ciclo político-eleitoral, e revelam lógica transversal de deslegitimação simbólica das instituições democráticas. O estudo contribui para o entendimento dos mecanismos epistêmicos da desinformação e suas implicações para a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave: desinformação; políticas públicas; Telegram; polarização política; redes sociais digitais

JEL: D83; D72; L86; H11; D85; D74

[1] Servidor público federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atuando como pesquisador na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST/IPEA). Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

[2] Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA; coordenador do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHDUFBA); e analista de dados do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). E-mail: leofn3@gmail.com.

ABSTRACT

This technical note presents a comparative analysis of disinformation narratives targeting public policies in far-right groups and channels on Telegram, based on a corpus of 652,388 messages collected between March 2022 and March 2026, covering 1,512 channels and 567 groups. The research, developed as a partnership between Ipea and the Digital Humanities Laboratory of UFBA (LABHDUFBA), identifies persistence and thematic shift patterns across 24 public policy areas over three time windows — four years, two years, and six months. The analysis draws on a cybernetic perspective (Cesarino, 2022) to interpret new media not as causes but as mediations that favor the disintermediation of expert systems and the formation of anti-structural publics. Findings reveal thematic concentration around Public Administration and Economic Policy, with seasonal variations linked to the political-electoral cycle, and a cross-cutting logic of symbolic delegitimization of democratic institutions. The study contributes to understanding the epistemic mechanisms of disinformation and its implications for policymaking in Brazil.

Keywords: disinformation; public policies; Telegram; political polarization; digital social media

JEL: D83; D72; L86; H11; D85; D74

1. APRESENTAÇÃO

Esta nota técnica apresenta uma análise exploratória das narrativas de desinformação sobre políticas públicas no Brasil, a partir de mensagens coletadas em grupos e canais de extrema-direita ativos no Telegram. A pesquisa é parte de uma parceria do Ipea com o Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA, que, desde 2021, monitora processos de radicalização política, desinformação e discurso de ódio nessa plataforma, mas que, no caso do Ipea, está voltada para o objetivo específico de mapear o impacto de conteúdos desinformativos sobre as políticas públicas. O presente documento concentra-se na análise comparativa de três janelas temporais — últimos quatro anos, últimos dois anos e últimos seis meses — com o objetivo de identificar dinâmicas de evolução, continuidade e emergência de narrativas produzidas em redes sociais contra políticas públicas.

O corpus total abrange **652.388 mensagens** distribuídas por **1.512 canais** e **567 grupos** ao longo de quatro anos (março de 2022 a março de 2026). Nesse período, as políticas públicas nas áreas de administração pública, previdência, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente, segurança e agricultura foram alvos frequentes de narrativas de desconfiança, inversão moral e ridicularização simbólica. A análise comparativa temporal revela que, embora o ecossistema informacional tenha se consolidado em torno de menos canais e grupos ativos, a intensidade discursiva se manteve relativamente estável, com mudanças significativas nos temas de maior saliência.

O relatório está estruturado em seis eixos principais: (i) enquadramento teórico sobre desinformação, coesão social e políticas públicas; (ii) nota metodológica expandida com apresentação do catálogo de 24 áreas e do dicionário de termos; (iii) análise comparativa do corpus nos três períodos, com gráficos e tabelas; (iv) mapeamento das áreas temáticas mais afetadas e sua evolução; (v) descrição das narrativas desinformativas predominantes por área; e (vi) síntese e interpretação das lógicas discursivas transversais. O enquadramento cibernético de Cesarino (2022) perpassa transversalmente essa estrutura: as novas mídias não são causas, mas mediações que introduzem vieses favoráveis à desintermediação, ao desengajamento dos sistemas de peritos e à desconfiança nas instituições democráticas, e à formação de públicos antiestruturais cujas lógicas de reconhecimento bifurcado organizam as narrativas aqui documentadas.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: DESINFORMAÇÃO, COESÃO SOCIAL E LEGITIMIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise das narrativas desinformativas sobre políticas públicas no Telegram requer um quadro conceitual capaz de articular três dimensões inter-relacionadas: a natureza e os formatos da desinformação; os mecanismos pelos quais ela afeta a coesão social e a confiança institucional; e os impactos específicos sobre a legitimidade e a adesão às políticas públicas. As subseções a seguir desenvolvem cada uma dessas dimensões, ancorando a análise empírica em referências do debate contemporâneo.

2.1 Desordem Informacional: formatos e estratégias

O ponto de partida conceitual desta nota técnica é o trabalho de Wardle e Derakhshan (2017; 2018), que propõem a noção de **desordem informacional** como alternativa mais precisa ao uso genérico da expressão "fake news". Essa abordagem distingue três tipos de fenômenos: (i) **desinformação** (*disinformation*), conteúdo falso produzido e difundido com a intenção deliberada de causar dano ou induzir percepções equivocadas; (ii) **misinformação** (*misinformation*), conteúdo falso compartilhado sem intenção deliberada de causar dano; e (iii) **má-informação** (*malinformation*), conteúdo verdadeiro utilizado de modo a causar prejuízo. No caso do corpus analisado nesta nota técnica, observa-se predominância do primeiro tipo, uma vez que se trata de narrativas construídas para deslegitimar políticas públicas específicas e influenciar a percepção pública sobre elas. Nesse sentido, a desinformação não opera apenas como ruído cognitivo, mas como um **fenômeno bidimensional (**Egelhofer e Lecheler, 2019): além da difusão de conteúdos falsos ou enganosos, paralelamente, ocorre a erosão das autoridades epistêmicas e a deslegitimação das próprias fontes jornalísticas e científicas. Isso resultaria em uma espécie de uma desinformação de segundo grau — que tem por alvo não fatos isolados, mas os próprios critérios e autoridades que permitiriam distinguir o verdadeiro do falso —, promovendo a fragmentação dos critérios socialmente compartilhados de verdade. Nos chats do Telegram analisados, este fenômeno se manifesta na desqualificação sistemática de fontes jornalísticas ("globolixo", "mídia comprada") e na afirmação de epistemologias alternativas fundadas em identidade político-partidária e pertencimento grupal.

Esse duplo movimento, erosão epistêmica e polarização identitária, encontra enquadramento na perspectiva cibernética de Cesarino (2022): as plataformas digitais favorecem a desintermediação dos sistemas de peritos e a formação de públicos antiestruturais que operam pela lógica do reconhecimento bifurcado, tornando qualquer evidência externa recodificável como expressão do código amigo-inimigo

Um segundo conceito relevante é o de **narrativas hiperpartidárias** (Pavão e Daier, 2026; Wardle e Derakhshan, 2017): conteúdos alinhados a identidades político-partidárias que enquadram disputas públicas em termos morais dicotômicos e antagonistas. Diferentemente da desinformação simples, as narrativas hiperpartidárias não precisam ser factualmente falsas para produzir seus efeitos: elas operam pela seleção e enquadramento de fatos reais (eventos e informações com existência verificável no registro público, mas que podem ser parcialmente verdadeiros, descontextualizados ou seletivamente apresentados) de modo a reforçar a lógica de "nós versus eles", tornando qualquer política pública interpretável como expressão de uma agenda ideológica ou de um projeto de dominação.

Os dados analisados nesta nota evidenciam que as narrativas predominantes no corpus combinam os dois mecanismos: ataques à integridade da informação (United Nations, 2023) que se manifestam, em particular, sob a forma de desinformação factual (afirmações verificavelmente falsas, por exemplo, sobre programas como o Bolsa Família ou sobre o aquecimento global) e enquadramento hiperpartidário (interpretação de políticas legítimas como instrumentos de captura eleitoral ou de submissão ideológica). A desinformação factual, aqui entendida como o subconjunto dessas narrativas composto por afirmações verificavelmente falsas sobre o funcionamento, os resultados ou os beneficiários de políticas públicas específicas, distingue-se do enquadramento hiperpartidário, que opera mesmo na ausência de falsidade direta, por meio da reinterpretação moral ou política de fatos reais. Essa combinação é especialmente resistente a estratégias de correção factual — conforme demonstram Nyhan e Reifler (2010) com o conceito de *backfire effect* (efeito de retrocesso ou efeito bumerangue, pelo qual a exposição a informações corretivas pode, paradoxalmente, reforçar as crenças falsas preexistentes em vez de corrigi-las) — e tende a se auto-reforçar em ecossistemas informacionais fechados.

2.2 Polarização afetiva, mediação algorítmica e câmaras de eco

A literatura recente sobre plataformas digitais evidencia que a desinformação e a polarização operam de forma **mutuamente reforçada**, integrando um circuito em que exposição seletiva, identidades partidárias e conteúdos enganosos se retroalimentam (Tucker et al., 2018; Pennycook e Rand, 2021; Nyhan et al., 2023; Guess et al., 2023). Para efeitos da presente análise, polarização é compreendida em sentido amplo, articulando três dimensões: (i) **segregação de redes**, marcada pela homofilia, ou seja, tendência de indivíduos a se conectarem com pares que compartilham crenças e identidades semelhantes (McPherson, Smith-Lovin e

Cook, 2001); (ii) **polarização informacional**, associada a dietas informacionais seletivas amplificadas por curadoria algorítmica; e (iii) **polarização afetivo-identitária**, caracterizada pela cristalização de fronteiras morais do tipo "nós versus eles" com intensificação da hostilidade e deslegitimação do grupo externo (Törnberg et al., 2021; González-Bailón e Lelkes, 2023).

A mediação algorítmica das plataformas constitui um componente estrutural dessa dinâmica. Embora o Telegram opere de modo distinto de plataformas organizadas em torno de feeds algoritmicamente ordenados, a plataforma oferece canais e grupos de nicho que podem funcionar como câmaras de eco (Pariser, 2011). Tais espaços constituem ambientes de baixa moderação, onde a exposição ao dissenso é reduzida e os vínculos intragrupais são constantemente reforçados. Conforme argumentam González-Bailón e Lelkes (2023), as mídias sociais afetam a coesão social por três canais principais: (i) redes, ao reconfigurarem a estrutura e a composição dos vínculos sociais; (ii) informação, ao alterarem os regimes de visibilidade, circulação e credibilidade dos conteúdos; e (iii) normas, ao redefinirem padrões de aceitabilidade e reconhecimento no espaço público digital. A esses canais soma-se uma dimensão psicológica em que essas transformações afetam crenças, disposições e comportamento cooperativo; e é precisamente nessa interseção entre amplificação algorítmica e redefinição de normas que opera um dos mecanismos mais relevantes para compreender os padrões encontrados no corpus.

O conceito de ignorância pluralística (Allport, 1924; Prentice e Miller, 1993) ilumina esse mecanismo: quando algoritmos amplificam desproporcionalmente as posições mais extremas, o perfil de mensagens visíveis nos grupos deixa de refletir a distribuição real de opiniões e passa a superrepresentar os polos mais radicais. Cabe notar, contudo, que no Telegram esse efeito não opera pela via da amplificação algorítmica típica de plataformas como Facebook ou Instagram, nas quais sistemas de recomendação personalizada selecionam e priorizam conteúdos automaticamente. No Telegram, a visibilidade das mensagens resulta de mecanismos de natureza distinta: o encaminhamento manual entre grupos e canais, a fixação de mensagens pelos administradores, a lógica de broadcast dos canais públicos e o próprio tamanho dos grupos, que dilui vozes moderadas em ambientes com milhares de participantes. Esses mecanismos cumprem função análoga à da curadoria algorítmica, tornam as posições radicais desproporcionalmente visíveis e criam impressão de consenso, mas por uma lógica editorial e comunitária, e não por otimização automatizada de engajamento. Isso pode criar impressões artificiais de consenso, levando membros moderados a subestimar sua própria marginalidade dentro do grupo e a ajustar comportamentos e discursos na direção de posições mais radicais.

Esse efeito é especialmente relevante para compreender a radicalização progressiva das narrativas: a visibilidade das mensagens mais hostis condiciona o que é "aceitável" dizer, reduzindo a autocensura e ampliando progressivamente o alcance do discurso desinformativo.

2.3 Desinformação, coesão social e legitimidade das políticas públicas

O enquadramento de González-Bailón e Lelkes (2023) sobre coesão social tem relevância direta para a análise aqui empreendida. A coesão social, entendida como resultado emergente de dinâmicas relacionais e cognitivas, depende de vínculos **verticais** (Estado–sociedade, confiança institucional) e **horizontais** (entre grupos sociais, confiança interpessoal). Quando o ecossistema informacional produz percepções sistematicamente distorcidas sobre as instituições e sobre os outros grupos sociais, ambas as dimensões são comprometidas simultaneamente.

A literatura sobre confiança institucional (Rothstein e Teorell, 2008; Kumlin e Rothstein, 2005) indica que políticas públicas percebidas como injustas, capturadas por interesses partidários ou ineficientes — percebidas como ineficazes na alocação de recursos públicos, isto é, voltadas ao favorecimento de grupos específicos em detrimento do bem coletivo, e não à maximização do interesse geral — corroem não apenas a adesão a essas políticas, mas a confiança interpessoal e a cooperação social de forma mais ampla. Nesse sentido, as narrativas que ameaçam a integridade da informação (United Nations, 2023) analisadas nesta nota não afetam apenas a reputação de políticas específicas: elas operam como mecanismo de **erosão sistêmica da legitimidade estatal**, alimentando um imaginário em que qualquer ação do Estado é interpretável como captura, desperdício ou opressão. Nas seções analíticas subsequentes, o termo "desinformação" é mantido como categoria operacional para designar especificamente o subconjunto de narrativas com conteúdo verificavelmente falso, em consonância com o enquadramento mais amplo de integridade da informação aqui adotado.

Cabe ressaltar, contudo, que as narrativas aqui documentadas não se restringem a políticas públicas específicas, como programas, benefícios ou iniciativas setoriais identificadas. Em diversas áreas analisadas, especialmente Administração Pública e Defesa Nacional, o alvo privilegiado das narrativas desinformativas são as próprias estruturas do Estado (o funcionalismo público, as Forças Armadas, as instituições do sistema de justiça) e não políticas setoriais concretas. Essa característica tem implicações interpretativas relevantes: os efeitos da desinformação não se limitam à reputação de programas específicos, mas estendem-se à legitimidade do aparato estatal como um todo, uma dinâmica que, conforme argumentam

Rothstein e Teorell (2008), compromete a cooperação cívica e a coesão democrática de modo mais abrangente.

Essa erosão da confiança institucional não permanece restrita à avaliação das organizações públicas, mas tende também a influenciar a forma como cidadãos e tomadores de decisão interpretam problemas públicos, soluções governamentais e critérios de justiça distributiva. Perl, Howlett e Ramesh (2018, p. 591, 594) mostram que a desinformação não incide apenas sobre preferências eleitorais, mas interfere diretamente na **interpretação do ciclo de políticas**, desde o diagnóstico do problema (por exemplo, a pobreza como produto de indolência, e não de estrutura social) até a avaliação da elegibilidade e dos critérios de justiça distributiva. As **misperceptions** (percepções distorcidas) produzidas pela desinformação podem atravessar ambientes técnicos e decisórios, influenciando a compreensão de problemas por parte de agentes estatais e a aceitação de medidas públicas por parte da população.

No contexto brasileiro contemporâneo, essas dinâmicas adquirem especial relevância dada a combinação de desigualdades históricas, baixa confiança institucional e intensa plataformização do debate público. Como argumenta Cesarino (2022) em análise dos ecossistemas digitais de desinformação no Brasil, a circulação de desinformação em redes sociais e aplicativos se articula a enquadramentos morais e afetivos que opõem "povo" e "instituições", "cidadãos de bem" e "elites", "verdade" e "manipulação", reforçando percepções de ameaça, injustiça e ilegitimidade em um contexto já marcado por clivagens sociais persistentes.

Em síntese, a análise empreendida nesta nota técnica situa-se na interseção entre três campos: (i) os estudos sobre desinformação e desordem informacional; (ii) a literatura sobre coesão social, confiança e polarização afetiva em ambientes digitais; e (iii) os estudos sobre política pública em contextos de desinformação. Essa articulação permite compreender os dados quantitativos e qualitativos não apenas como registros de conteúdo, mas como evidências de um processo de deslegitimação simbólica das políticas públicas com efeitos estruturais sobre a coesão democrática.

3. NOTA METODOLÓGICA

Esta seção descreve os principais procedimentos metodológicos adotados na pesquisa: a estrutura computacional de coleta e indexação, a definição das áreas temáticas a partir do catálogo de políticas públicas do IPEA, e a construção do dicionário de termos que sustenta as queries (comandos de busca estruturada que combinam termos e operadores booleanos

aplicados à base de dados indexada) de busca.

O Telegram foi selecionado como plataforma de análise em razão de sua proeminência documentada no ecossistema de radicalização política e desinformação no Brasil. A plataforma reúne características analiticamente relevantes: (i) grupos e canais públicos de grande escala com coleta via API oficial; (ii) baixa moderação de conteúdo em comparação com plataformas como Facebook e YouTube, resultando em maior visibilidade e persistência de conteúdos extremistas; (iii) ampla adoção por redes de extrema-direita brasileira desde 2020 (Nascimento; Cesarino; Fonseca, 2023); e (iv) lógica de broadcast que possibilita difusão massiva sem filtro algorítmico de engajamento.

Essas características contribuem para que o Telegram ocupe uma posição estratégica no ecossistema informacional contemporâneo. Estudos sobre redes conspiratórias e extremistas mostram que a plataforma funciona não apenas como espaço de circulação de conteúdo, mas também como infraestrutura de recrutamento, mobilização e disseminação de narrativas políticas (Schulze et al., 2022), sustentada por arquiteturas de rede em que diferentes comunidades de canais e grupos desempenham papéis diferenciados de coordenação discursiva (Bovet; Grindrod, 2022). Em razão da combinação entre ampla capacidade de difusão, relativa ausência de moderação e mecanismos de encaminhamento de mensagens, grupos e canais do Telegram tendem a operar como ambientes de agregação de públicos altamente engajados, nos quais conteúdos, enquadramentos discursivos e materiais de mobilização são produzidos, adaptados e redistribuídos por meio de redes internas de encaminhamento (forwarding) que conectam comunidades temáticas distintas dentro da própria plataforma (Alvisi; Tardelli; Tesconi, 2024).

Nessa perspectiva, o Telegram pode ser compreendido menos como um ambiente isolado de comunicação e mais como um nó central de um ecossistema digital mais amplo, marcado por processos de amplificação cruzada (*cross-platform amplification*) entre diferentes plataformas (Sessa; Willaert; Van Soest, 2022). Em vez de representar a totalidade dos fluxos comunicacionais extremistas ou dos circuitos de desinformação, a plataforma frequentemente funciona como espaço privilegiado de coordenação discursiva e observatório das narrativas que posteriormente circulam por outros ambientes digitais. Evidências recentes sobre o caso brasileiro também sugerem que grupos e canais do Telegram desempenham papel relevante na articulação e disseminação de conteúdos políticos em contextos de elevada polarização e mobilização coletiva (Venâncio et al., 2024).

Entre as limitações, cabe assinalar que o Telegram representa apenas um dos ambientes de

circulação de desinformação: outros aplicativos (WhatsApp, Signal) e plataformas (X/Twitter, Gettr, Facebook, Instagram e TikTok) integram o mesmo ecossistema, mas operam com arquiteturas sociotécnicas e restrições de acesso distintas. A análise aqui apresentada refere-se, portanto, ao subconjunto de narrativas que circula em grupos e canais públicos do Telegram, sem pretensão de representar a totalidade do ecossistema digital de desinformação. Ainda assim, sua posição como espaço de coordenação e amplificação interplataformas torna a plataforma particularmente relevante para a identificação de tendências discursivas, enquadramentos narrativos e repertórios argumentativos que frequentemente extrapolam seus próprios limites.

3.1 Coleta, indexação e vigilância computacional

Os dados coletados integram uma pesquisa de longa duração que, desde 2021, monitora o ecossistema de desinformação e radicalização no Telegram mediante uma estrutura computacional *ad-hoc* baseada em vigilância-como-método (Topinka; Finlayson; Osborne-Carey, 2021): coleta automatizada em tempo real via API do Telegram, com armazenamento em servidores e indexação na plataforma ELK Stack (*Elasticsearch, Logstash, Kibana*). Os perfis coletores operam como *lurkers* (usuários que observam sem participar ativamente), método já adotado em investigações de mercados ilícitos *online* (Ferguson, 2017; Nascimento; Cesarino; Fonseca, 2023) e em comunidades estigmatizadas (Barratt; Maddox, 2016). O corpus total abarca aproximadamente 57,2 milhões de mensagens, das quais 652.388 foram recuperadas pela filtragem temática nos últimos quatro anos.

A plataforma Kibana foi utilizada para a criação de *dashboards* que permitem a exploração dos dados por analistas sem letramento em programação, por meio de gráficos de séries temporais, tabelas de ranking e filtros por queries KQL (*Kibana Query Language*). A análise comparativa entre os três períodos (quatro anos, dois anos e seis meses) foi realizada aplicando os mesmos filtros temáticos a janelas temporais distintas, o que permite isolar tendências de curto, médio e longo prazo.

3.2 Critérios de definição dos recortes temporais

A análise comparativa estrutura-se em torno de três janelas temporais distintas, cuja delimitação obedece a uma lógica de complementaridade analítica e não a uma divisão arbitrária do período monitorado.

O recorte mais longo, de quatro anos (março de 2022 a março de 2026), foi desenhado para capturar o contexto imediatamente anterior à eleição presidencial de outubro de 2022. Esse horizonte permite observar como as narrativas desinformativas sobre políticas públicas estavam organizadas durante o último ano do governo Bolsonaro e ao longo do processo eleitoral, momento de particular intensificação dos ataques simbólicos às instituições e aos programas sociais. O período de quatro anos funciona, portanto, como linha de base histórica da análise: permite identificar os temas estruturalmente estáveis, aqueles que independem de conjunturas específicas e revelam o núcleo ideológico das narrativas de extrema-direita no Telegram.

O recorte de dois anos (março de 2024 a março de 2026) foi concebido para mapear o que pode ter mudado no período pós-transição de governo. A hipótese subjacente é que a alternância de poder tende a reconfigurar os alvos privilegiados das narrativas desinformativas, tanto em termos temáticos quanto em relação aos agentes e instituições atacados. A análise desse intervalo permite identificar continuidades e rupturas em relação ao período anterior, contribuindo para uma leitura dinâmica do fenômeno: quais temas permaneceram centrais, quais perderam importância e quais emergiram como novos focos de desinformação.

Os seis meses mais recentes (setembro de 2025 a março de 2026) têm caráter mais diagnóstico e prospectivo. Ao identificar os padrões narrativos emergentes na janela imediatamente anterior ao fechamento da coleta, é possível apontar tendências em curso e oferecer subsídios para o monitoramento continuado. Enquanto os dois períodos anteriores cumprem função comparativa e histórica, este último tem vocação conjuntural: permite avaliar o que se pode inferir sobre os temas que se concentraram mais recentemente, sinalizando os próximos ciclos narrativos contra as políticas públicas brasileiras.

A aplicação dos mesmos filtros temáticos às três janelas temporais, sem alteração de queries ou critérios de seleção, garante a comparabilidade dos resultados e permite isolar, com precisão metodológica, as variações de saliência que decorrem de mudanças no discurso e não de mudanças no instrumento de coleta.

A adoção de janelas temporais sobrepostas, e não de períodos mutuamente exclusivos, resulta de uma escolha metodológica deliberada. Em análises de corpus digital, a sobreposição permite que o mesmo período seja examinado em múltiplas escalas analíticas: o período mais longo oferece contexto histórico e identifica padrões estruturais; o intermediário captura dinâmicas de médio prazo; e o mais recente isola tendências emergentes. Os dados compartilhados entre os períodos não constituem redundância: é justamente a variação do que se observa nos mesmos dados em diferentes horizontes temporais que revela as mudanças de saliência e enquadramento

discursivo. A principal implicação analítica é que os rankings relativos, e não os volumes absolutos, constituem o indicador mais adequado para a leitura comparativa entre períodos.

3.3 O catálogo de políticas públicas e a definição das áreas temáticas

A organização temática do corpus parte do **Catálogo de Políticas Públicas do IPEA** (https://catalogo.ipea.gov.br), que estrutura a ação estatal brasileira em 24 áreas setoriais. Esse catálogo forneceu o quadro classificatório de referência na presente nota para o mapeamento dos debates no Telegram. Para cada uma das 24 áreas, foram definidas palavras-chave formais baseadas nos nomes de programas, ministérios, siglas institucionais e termos técnicos associados a cada política, constituindo o que denominamos **léxico inicial**.

Esse léxico inicial foi submetido a um processo de **adaptação linguística** orientado para as especificidades dos chats monitorados. Os ambientes extremistas do Telegram operam com léxicos próprios, frequentemente marcados por estratégias de "ofuscação discursiva" — denominada *Voldemorting* (Nagel, 2018) — que consiste no uso intencional de apelidos, grafias alternativas, emojis e códigos para evitar a detecção por mecanismos de busca e vigilância algorítmica. Exemplos típicos incluem "picada" no lugar de "vacina", "$TF" para o Supremo Tribunal Federal, e "bolsa-miséria" para o Bolsa Família. O processo de análise desse léxico vernacular resultou na construção de um **dicionário expandido** de termos por área, que articula o léxico oficial e o léxico vernacular dos chats. Cabe registrar que esse mapeamento não consistiu em mera tradução destinada a contornar a ofuscação: trata-se de uma análise de como os termos técnicos das políticas públicas encontram correspondentes no mundo digital, seja por estratégias deliberadas de ofuscação discursiva, seja em razão da própria carga ideológica e valorativa com que essas políticas são tratadas nesses ambientes.

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma síntese do dicionário de termos para todas as 24 áreas, indicando tanto os termos formais quanto o léxico vernacular identificado nos chats, com o ranking de cada área nos três períodos analisados.

Tabela 1: Dicionário de termos por área temática: léxico oficial e léxico vernacular (ofuscação discursiva).

Área Temática (ranking 5a→6m)	Termos oficiais / queries formais (seleção)	Léxico vernacular nos chats (ofuscação discursiva — Voldemorting)
Administração Pública *rank: 1*	gestão pública, transparência governamental, funcionalismo público, burocracia, serviços públicos, governo digital	*mamateiros, parasitas do funcionalismo, máquina pública inchada, servidor encostado*
Agropecuária e Agrária *rank: 9*	agricultura familiar, Plano Safra, reforma agrária, crédito rural, agronegócio, Pronaf	*MST terroristas, invasores de terra, sem-terra criminosos, inimigos do agro*
Assistência Social *rank: 17*	Bolsa Família, CadÚnico, Auxílio Emergencial, transferência de renda, CRAS	*bolsa-miséria, bolsa-vagabundo, esmola do PT, escravidão eleitoral*
Ciência e Tecnologia *rank: 24*	CNPq, CAPES, universidades públicas, pesquisa científica, inovação tecnológica	*universidade doutrinação, CNPq esquerdista, ciência inútil*
Comunicação *rank: 3→8*	liberdade de imprensa, fake news, regulamentação da mídia, jornalismo, EBC	*globolixo, mídia comprada, imprensa podre, censura da grande mídia*
Cultura *rank: 7*	Lei Rouanet, Fundo Nacional de Cultura, audiovisual, artes, patrimônio cultural	*sanguessugas da Rouanet, cultura de esquerda, aparelho cultural, artistas parasitas*
Defesa Nacional *rank: 11→17*	Forças Armadas, Ministério da Defesa, soberania, operações militares	*militares patriotas, exército da liberdade, 31 de março heroico*
Desenvolvimento Regional *rank: 20*	PAC, integração nacional, infraestrutura regional, semiárido	*roubalheira das obras, PAC sem obras, dinheiro desviado*
Direitos Humanos *rank: 18→16*	direitos civis, LGBTQ+, igualdade de direitos, proteção a minorias	*ideologia de gênero, agenda globalista, direitos de bandidos*
Educação *rank: 13→15*	MEC, ENEM, FIES, ProUni, ensino médio, educação básica	*doutrinação escolar, Paulo Freire ideólogo, vestibular cotas, escola sem partido*
Gênero *rank: 21*	igualdade de gênero, Lei Maria da Penha, violência doméstica, empoderamento feminino	*ideologia de gênero, feminazis, família destruída*
Habitação e Urbanismo *rank: 23→21*	Minha Casa Minha Vida, regularização fundiária, mobilidade urbana, moradia	*Minha Casa dominada por traficantes, favela vertical*
Saúde *rank: 4→3→4*	SUS, Mais Médicos, vacinação, saúde mental, dengue, HIV	*picada (vacina), kit covid, SUS sucateado pelo PT, vacina experimental*
Previdência *rank: 6→4→3*	INSS, reforma da previdência, aposentadoria, pensão, prova de vida	*roubando aposentados, previdência quebrada, rombo do governo*
Trabalho e Emprego *rank: 10*	CLT, salário mínimo, direitos trabalhistas, desemprego, uberização	*CLT ultrapassada, direitos de vagabundo, trabalho não é direito é mérito*
Turismo, Desporto e Lazer *rank: 15→14*	Ministério do Turismo, Bolsa Atleta, grandes eventos, ecoturismo	*dinheiro desperdiçado em atletas, turismo político*

Área Temática (ranking 5a→6m)	Termos oficiais / queries formais (seleção)	Léxico vernacular nos chats (ofuscação discursiva — Voldemorting)
Igualdade Racial *rank: 22*	cotas raciais, igualdade racial, quilombolas, população negra	*cotas inconstitucional, racismo reverso, marxismo cultural*
Indústria e Comércio *rank: 14→13*	BNDES, política industrial, empreendedorismo, importação/exportação	*BNDES corrupção, dinheiro do povo para amigos do governo*
Infraestrutura *rank: 8→6*	PAC, transporte público, rodovias, ferrovias, logística	*obras paradas, desvio de verbas, PAC fantasma*
Política Econômica *rank: 2*	reforma tributária, carga tributária, inflação, PIB, Pix, pagamentos	*hiperinflação, país quebrando, dólar nas alturas, economia destruída*
Justiça e Seg. Pública *rank: 12→11*	Polícia Federal, segurança pública, combate ao crime, sistema penitenciário	*STF=corrupção, $TF, ministros bandidos, impunidade da esquerda*
Meio Ambiente *rank: 5*	aquecimento global, COP30, desmatamento, energias renováveis, agrotóxico	*farsa do aquecimento, Agenda 2030 NOM, globalismo verde, ecofascismo*
Relações Exteriores *rank: 16→12*	Itamaraty, diplomacia, acordos comerciais, integração regional, política externa	*Lula submisso, Venezuela no Brasil, soberania entregue, China comprando o Brasil*
Segurança Alimentar *rank: 19→23*	Fome Zero, cesta básica, combate à fome, merenda escolar, PAA	*fome falácia, mídia do hambre, fome zero = marketing petista*

A tabela evidencia um padrão consistente: **todas as áreas possuem um léxico vernacular de deslegitimação**, independentemente de seu posicionamento no ranking geral. Mesmo em áreas de pouco destaque, como Ciência e Tecnologia (última posição em todos os períodos), apresentam termos de ataque consolidados ("universidade doutrinação", "CNPq esquerdista"). Isso sugere que a deslegitimação das políticas públicas é um **repertório ideológico transversal**, não restrito às áreas mais mencionadas, mas amplamente distribuído pelo ecossistema informacional analisado.

A Área de Previdência, que apresentou a maior ascensão no ranking recente (6º → 3º), é um exemplo paradigmático da articulação entre léxico oficial e vernacular: termos como "INSS" e "reforma da previdência" convivem com enquadramentos de "roubalheira dos aposentados" e "rombo do governo", que ressignificam dados técnicos em linguagem emocional de indignação e vitimização.

3.4 Considerações éticas e limitações

A pesquisa obedece a protocolos de privacidade e anonimização dos dados coletados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os conteúdos apresentados ao

longo do relatório referem-se exclusivamente a mensagens postadas em grupos e canais públicos, sem identificação de usuários individuais. A metodologia de *lurker* é eticamente validada na literatura de ciências sociais computacionais.

Em termos de **limitações**, a principal diz respeito à **sub-representação de áreas com léxico muito técnico ou abstrato**: políticas cujos nomes oficiais não têm equivalentes vernaculares difundidos nos chats tendem a ser subdetectadas pelas queries. A área de Ciência e Tecnologia, por exemplo, permanece sistematicamente na última posição não necessariamente porque é o tema menos atacado, mas porque os ataques se dão frequentemente por meio de termos colaterais (como "doutrinação universitária") que podem ser capturados por outras áreas (Educação, Comunicação). A análise por queries específicas, como apresentada na Seção 5, permite reduzir parcialmente esse viés ao construir buscas booleanas mais granulares.

Adicionalmente, para qualificar empiricamente cada área temática (Seção 5), realizaram-se buscas direcionadas (queries) no *dashboard* de monitoramento por sub-temas específicos de ataque, registrando-se o volume de mensagens correspondente e exemplos recorrentes extraídos dos canais (período mar/2022–mar/2026). Cabe registrar as seguintes ressalvas metodológicas: (i) as queries são lexicais e mutuamente sobrepostas (uma mesma mensagem pode satisfazer mais de uma busca), de modo que os volumes não são exclusivos nem somam o total do corpus; (ii) as contagens são sensíveis à escolha dos termos de busca e devem ser lidas como ordens de grandeza, não como medidas exatas; (iii) os exemplos reproduzidos são ilustrativos e recorrentes, não exaustivos; (iv) por se tratar de extração em painel dinâmico, os valores podem variar em consultas posteriores; (v) há sobreposição temática entre áreas; por exemplo, conteúdos de saúde frequentemente se imbricam ao repertório climático e globalista. Para Políticas Ambientais e Políticas de Saúde, além do sub-tema principal aqui reportado, indica-se também o volume total da área.

4. ANÁLISE COMPARATIVA TEMPORAL

Esta seção apresenta a análise comparativa do corpus ao longo dos três recortes temporais (quatro anos, dois anos e seis meses), com o objetivo de distinguir o que constitui o núcleo estável do discurso desinformativo daquilo que responde a conjunturas específicas. A leitura organiza-se em três movimentos complementares: o panorama geral do volume e da extensão da rede de chats (4.1); a evolução do ranking temático entre os períodos (4.2); e as tendências de ascensão e declínio de cada área (4.3). Os indicadores aqui sistematizados fornecem a base empírica para a análise qualitativa por área desenvolvida na Seção 5.

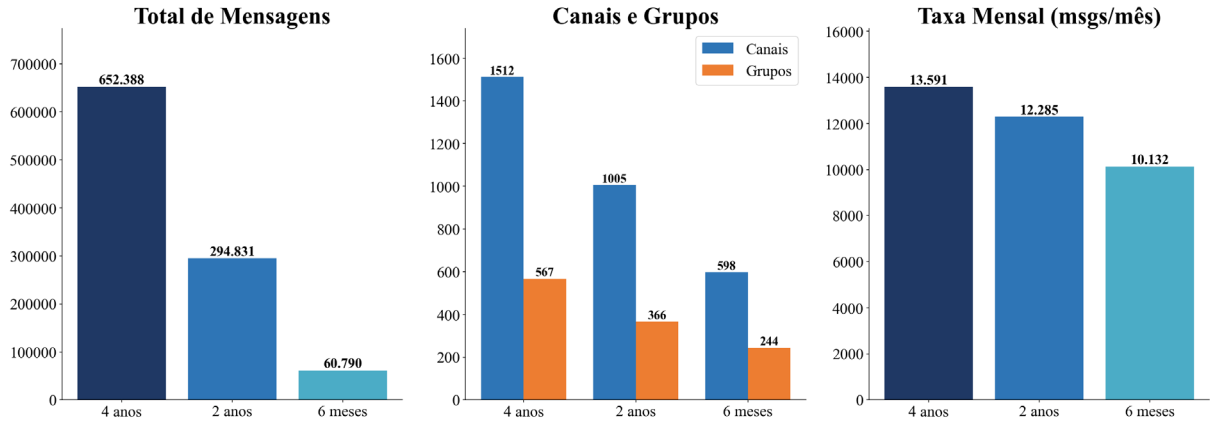
4.1 Panorama geral do corpus nos três períodos

A primeira dimensão da análise comparativa examina os indicadores gerais do corpus (volume de mensagens, extensão da rede de chats e intensidade temporal) nos três períodos analisados. A Tabela 2 e o Gráfico 1 sintetizam esses dados.

Tabela 2 — Panorama geral dos três períodos analisados (dados do dashboard Elasticsearch/Kibana, 2025)

Indicador	4 anos (mar/22–mar/26)	2 anos (mar/24–mar/26)	6 meses (set/25–mar/26)	Tendência
Total de mensagens	652.388	294.831	60.790	Estável (↓ acumulado por janela)
Taxa mensal estimada	~13.591 msgs/mês	~12.285 msgs/mês	~10.132 msgs/mês	Decrescente: pico no biênio eleitoral 2022–2024; desaceleração contínua
Canais monitorados	1.512	1.005	598	Redução da rede ativa (−60%)
Grupos monitorados	567	366	244	Redução da rede ativa (−57%)
Total de chats	2.079	1.371	842	Consolidação do ecossistema (menos canais mais ativos)

Gráfico 1 — Mensagens totais, canais/grupos monitorados e taxa mensal por período



Os dados revelam uma primeira leitura importante: embora o volume absoluto de mensagens caia entre as janelas em razão de seus tamanhos distintos, a taxa mensal estimada também é decrescente ao longo dos três períodos (~13.591 msgs/mês em quatro anos; ~12.285 no biênio 2024–2026; ~10.132 no semestre mais recente). Como a média de quatro anos supera a do biênio recente, infere-se que a maior intensidade discursiva concentrou-se no biênio eleitoral

inicial (mar/2022–mar/2024) — da ordem de 14,9 mil mensagens/mês —, associado às eleições de 2022 e aos atos de 8 de janeiro de 2023. Observa-se, portanto, desaceleração progressiva da atividade desde então, e não um pico recente.

A segunda observação relevante diz respeito à contração da rede de chats monitorados: nos quatro anos, o universo incluiu 2.079 canais e grupos; nos últimos seis meses, esse número reduziu para 842. Essa redução admite ao menos três interpretações, que devem ser consideradas de forma complementar. A primeira é a de uma consolidação do ecossistema: menos canais ativos, porém com maior concentração de seguidores e núcleos comunicativos mais estáveis, em substituição a canais mais efêmeros. A segunda hipótese é o desaparecimento efetivo de canais, por banimento, abandono ou migração dos usuários para outras plataformas, o que implicaria não reorganização, mas contração real do fenômeno. A terceira, de natureza metodológica, diz respeito ao viés de seleção introduzido pelo léxico: os canais e grupos contabilizados são apenas aqueles que contêm menções aos termos do dicionário temático utilizado na pesquisa, de modo que a redução numérica pode refletir também mudanças no vocabulário mobilizado pelos grupos, e não necessariamente uma alteração na estrutura ou na intensidade da rede. A análise comparativa dos períodos não permite isolar com precisão a contribuição relativa de cada um desses fatores, razão pela qual a interpretação dos dados de cobertura deve ser feita com cautela.

4.2 Evolução do ranking temático entre os períodos

O mapeamento temático utiliza 24 categorias de política pública para classificar as mensagens do corpus. A distribuição de cada área ao longo dos três períodos permite identificar quais temas ganharam ou perderam saliência. A Tabela 3 apresenta o ranking completo das áreas e suas variações de posição entre os períodos, enquanto o Gráfico 2 sintetiza visualmente a trajetória das áreas mais relevantes, evidenciando padrões de estabilidade, ascensão e declínio temático ao longo do tempo. Os rankings são construídos com base no volume estimado de mensagens recuperadas para cada área pelas *queries* específicas, de modo que a posição de cada tema reflete sua frequência discursiva relativa no corpus, e não sua relevância objetiva como política pública.

A análise conjunta da Tabela 3 e do Gráfico 2 revela padrões de estabilidade e mudança que merecem atenção específica. O gráfico mostra que a estrutura temática do corpus combina um núcleo relativamente estável de áreas de alta saliência com deslocamentos mais pronunciados entre temas de saliência intermediária. Cabe esclarecer que a estabilidade observada concentra-

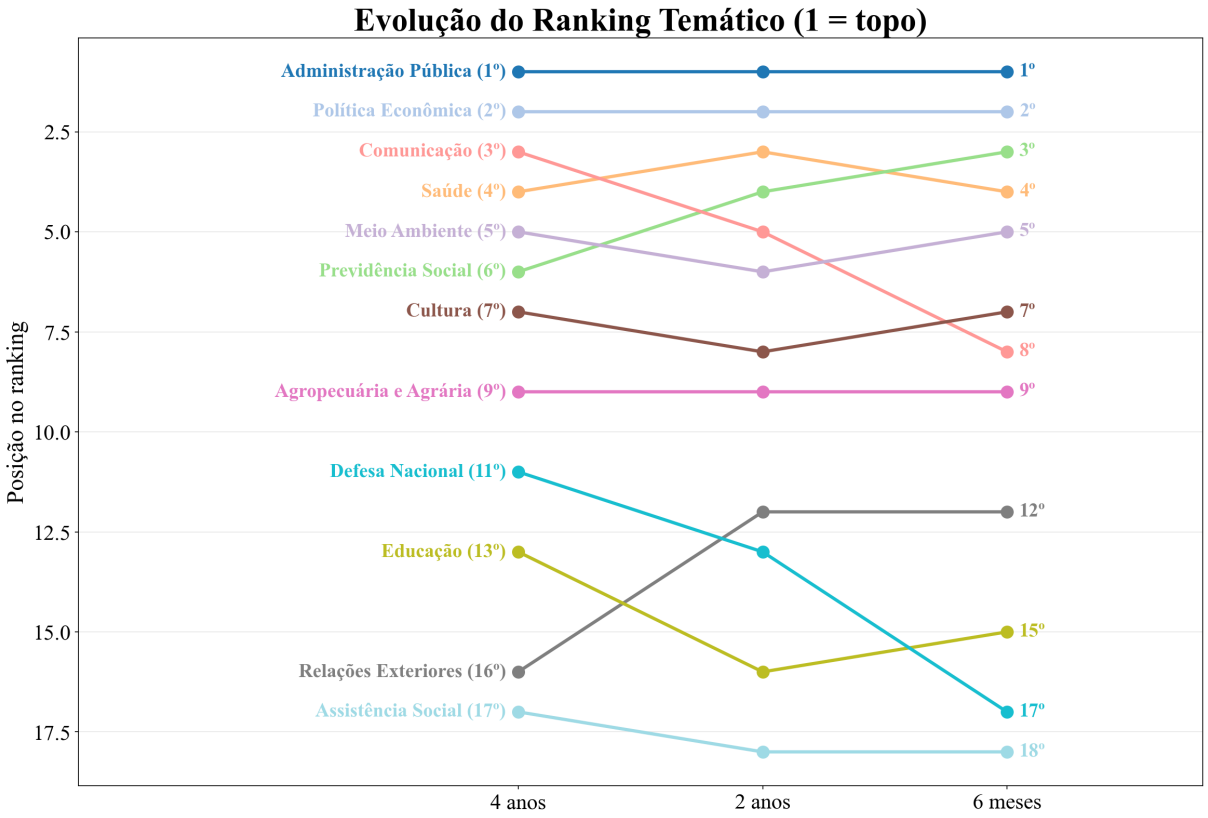
se sobretudo nas primeiras posições do ranking, ocupadas de forma persistente pelas mesmas áreas, ao passo que as variações mais expressivas ocorrem entre as áreas intermediárias e periféricas. Estabilidade do núcleo e deslocamento das margens não são, portanto, contraditórios, mas complementares.

Tabela 3 — Ranking das 24 áreas temáticas nos três períodos (por volume estimado de menções). Células verdes = subida; células laranjas = queda.

Área Temática	4 anos	2 anos	6 meses	Variação
Administração Pública	1º	1º	1º	→ Estável
Política Econômica	2º	2º	2º	→ Estável
Previdência Social	6º	4º	3º	↑ Alta: +3 posições
Saúde	4º	3º	4º	↑↓ Pico em 2024–26
Comunicação	3º	5º	8º	↓ Queda: −5 posições
Meio Ambiente	5º	6º	5º	→ Relativamente estável
Infraestrutura	8º	7º	6º	↑ Alta recente: +2
Cultura	7º	8º	7º	→ Oscila (7º–8º)
Agropecuária e Agrária	9º	9º	9º	→ Estável
Trabalho e Emprego	10º	10º	10º	→ Estável
Defesa Nacional	11º	13º	17º	↓ Queda: −6 posições
Justiça e Seg. Pública	12º	11º	11º	→ Relativamente estável
Educação	13º	16º	15º	↓ Leve queda
Indústria e Comércio	14º	14º	13º	→ Estável
Turismo, Desporto e Lazer	15º	15º	14º	→ Estável
Relações Exteriores	16º	12º	12º	↑ Alta: +4 posições
Assistência Social	17º	18º	18º	→/↓ Baixa visibilidade
Direitos Humanos	18º	17º	16º	↑ Leve alta
Segurança Alimentar	19º	20º	23º	↓ Queda
Desenvolvimento Regional	20º	19º	19º	→ Estável

Área Temática	4 anos	2 anos	6 meses	Variação
Gênero	21º	21º	20º	→ Estável
Igualdade Racial	22º	22º	22º	→ Estável
Habitação e Urbanismo	23º	23º	21º	↑ Leve alta
Ciência e Tecnologia	24º	24º	24º	→ Estável (sempre último)

Gráfico 2 — Bump chart: evolução do ranking de áreas selecionadas entre os três períodos



A análise do ranking revela padrões de **estabilidade e mudança** que merecem atenção específica. Cabe esclarecer que a estabilidade observada concentra-se no núcleo de alta saliência — as primeiras posições do ranking, ocupadas de forma persistente pelas mesmas áreas —, ao passo que as variações mais expressivas ocorrem entre as áreas de saliência intermediária e baixa; estabilidade do núcleo e deslocamento das margens não são, portanto, contraditórios, mas complementares. Três grupos de áreas se destacam:

Áreas estáveis no topo (posições 1–2): Administração Pública e Política Econômica mantêm, em todos os períodos, as primeiras posições. Isso reflete a centralidade das críticas ao Estado e ao funcionalismo público como *frame* organizador das narrativas extremistas,

independentemente do contexto temporal. A consistência dessas posições indica que o ataque à administração pública não é uma reação a eventos pontuais, mas um eixo ideológico estrutural.

Áreas em ascensão: Previdência Social é o caso mais expressivo: passa da 6ª posição nos quatro anos para a 3ª posição nos últimos seis meses, superando até mesmo Saúde e Comunicação. Esse movimento está associado sobretudo ao escândalo dos descontos indevidos em benefícios do INSS, revelado em 2025 — esquema de deduções não autorizadas em aposentadorias e pensões que alimentou enquadramentos de "roubalheira dos aposentados" e de corrupção sistêmica —, somado aos debates sobre reforma previdenciária, gastos públicos e sustentabilidade fiscal do Estado. Relações Exteriores também apresenta alta significativa (16º → 12º), correlacionada provavelmente com a maior atividade diplomática do governo Lula e eventos como o G20 e as COPs.

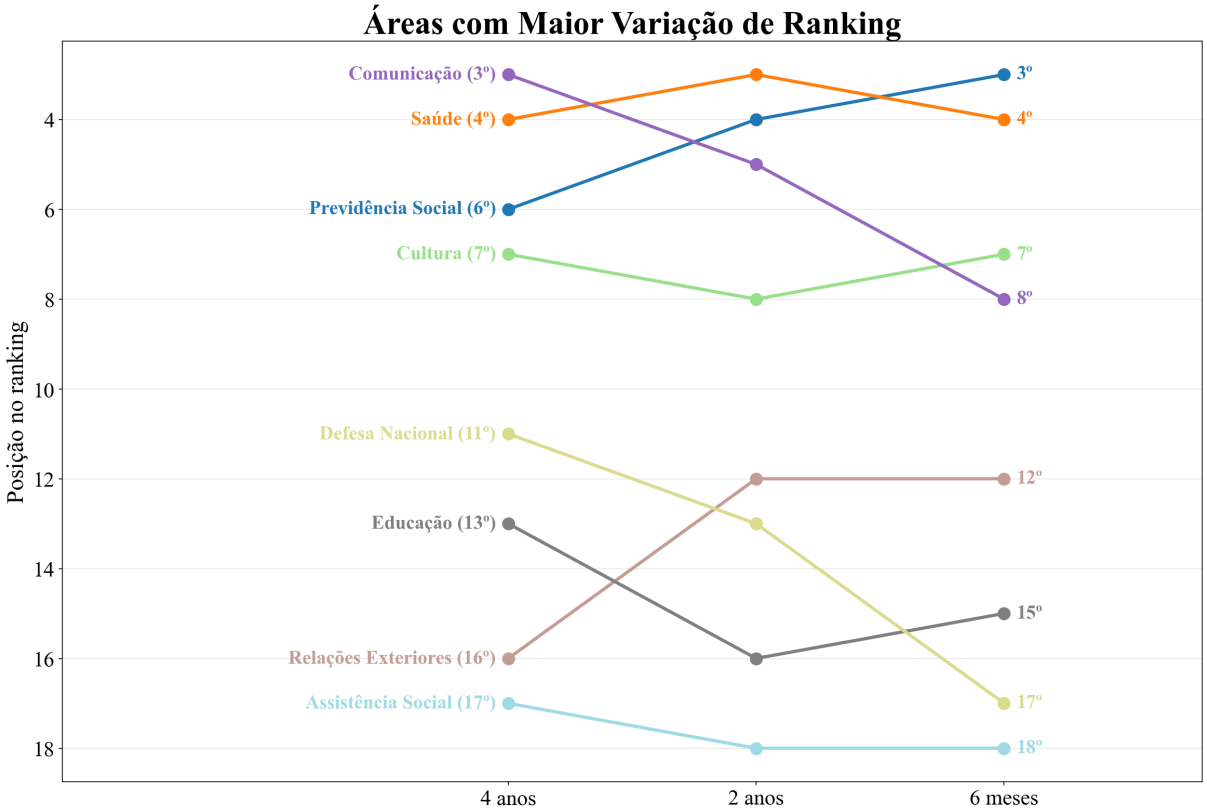
Áreas em declínio: Comunicação apresenta a queda mais expressiva: de 3ª posição nos quatro anos para 8ª posição nos últimos seis meses. Esse dado é contraintuitivo, dado que a crítica à "mídia tradicional" é um elemento recorrente da retórica extremista. A queda pode indicar um deslocamento do foco das críticas midiáticas para outros alvos ou uma saturação do tema. Defesa Nacional também cai significativamente (11º → 17º), possivelmente reflexo do esvaziamento das narrativas militaristas após a derrota eleitoral de 2022.

Um aspecto particularmente relevante da trajetória de Defesa Nacional é a especificidade de seu léxico vernacular no corpus, que se diferencia qualitativamente das demais áreas analisadas: enquanto praticamente todas as outras categorias apresentam vocabulário predominantemente negativo e de deslegitimação ("bolsa-miséria", "globolixo", "CNPq esquerdista"), o vocabulário relativo às Forças Armadas é em grande medida de valência positiva ("militares patriotas", "exército da liberdade", "31 de março heróico"). Essa característica pode ajudar a explicar a trajetória descendente da área: à medida que o projeto golpista foi derrotado e militares moderados passaram a ser vistos como traidores por setores mais radicalizados, emergiram expressões críticas como "melancia" — jargão utilizado por grupos bolsonaristas para designar militares considerados moderados ou "vermelhos por dentro" —, fragmentando o antes unificado léxico de exaltação. A eventual progressão dessas críticas internas no corpus ao longo do período analisado merece investigação específica em futuros desdobramentos desta pesquisa, pois sinalizaria uma reconfiguração das narrativas de extrema-direita em relação às próprias Forças Armadas.

4.3 Tendências de ascensão e declínio por categoria

O Gráfico 3, a seguir, sistematiza as mudanças mais expressivas, permitindo identificar quatro padrões de comportamento:

Gráfico 3 — Áreas com maior variação de posição no ranking entre os três períodos



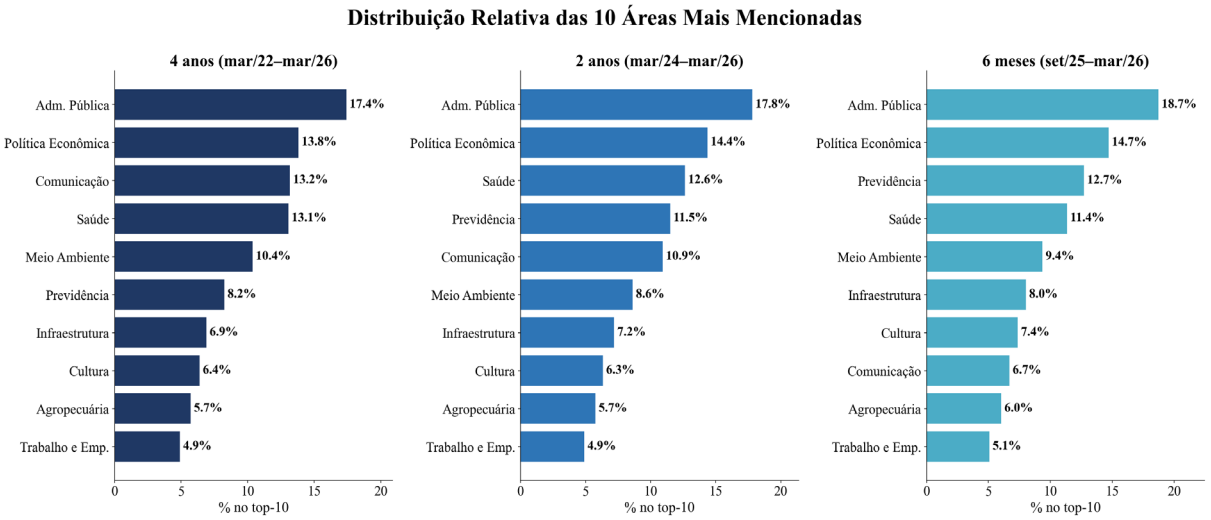
Ascensão contínua: Previdência (6º → 4º → 3º) e Relações Exteriores (16º → 12º → 12º) apresentam trajetórias de crescimento sustentado. No caso da previdência, a ascensão está associada, em especial, ao escândalo dos descontos indevidos em benefícios do INSS revelado em 2025, que potencializou o enquadramento de corrupção e de "roubo dos aposentados", somado ao debate sobre o arcabouço fiscal e a sustentabilidade das contas públicas. No caso das relações exteriores, o aumento reflete a politização da política externa do governo Lula, especialmente em torno de acordos comerciais, G20 e posicionamentos internacionais.

Declínio progressivo: Comunicação (3º → 5º → 8º) e Defesa Nacional (11º → 13º → 17º) apresentam quedas consistentes. A queda de Comunicação pode indicar uma transição de narrativa: antes, o alvo central era a "mídia tradicional" (Globo, jornais) como mecanismo de censura; hoje, o ecossistema digital alternativo já está consolidado e os ataques à mídia tornaram-se menos centrais. A queda de Defesa Nacional reflete o arrefecimento das narrativas golpistas após as eleições de 2022 e os eventos de 8 de janeiro de 2023.

Pico e retorno: Saúde (4º → 3º → 4º) apresenta um padrão de pico nos dois anos recentes, provavelmente ainda associado a narrativas antivacina e ao legado discursivo da pandemia. A persistência da saúde no topo sugere que esses temas se incorporaram ao repertório ideológico de forma mais permanente.

Persistência na base: Assistência Social mantém-se nas últimas posições (17º → 18º → 18º) apesar de ser um alvo frequente nas queries específicas (~33.995 mensagens). Isso pode ser explicado pela natureza da classificação temática: enquanto o campo temático "assistência social" tem baixa presença nas tags automáticas, a análise por query revela um volume expressivo de conteúdo direcionado ao Bolsa Família especificamente, indicando que o debate se dá em termos concretos (Bolsa Família, Auxílio Emergencial) e não abstratos (assistência social como conceito).

Gráfico 4 — Distribuição relativa das 10 áreas mais mencionadas em cada período



O Gráfico 4, acima, evidencia que, em todos os períodos, as **três primeiras áreas concentram mais de 40% do volume total** das mensagens no top-10. Essa concentração sugere um ecossistema discursivo relativamente coeso: a crítica ao funcionalismo público, à política econômica e a um terceiro tema (que varia entre saúde, previdência e comunicação) constitui o núcleo narrativo central, com os demais temas funcionando como variações periféricas de um mesmo imaginário político-ideológico.

O exame dos rankings e da distribuição relativa das áreas permite identificar a estrutura temática do corpus e as mudanças de saliência observadas ao longo do período analisado. Entretanto, a frequência de menções, por si só, não informa quais conteúdos, enquadramentos e interpretações sustentam essas posições relativas. Duas áreas com volumes semelhantes podem mobilizar repertórios discursivos bastante distintos, assim como áreas em ascensão ou declínio podem refletir transformações qualitativas importantes nas narrativas que circulam no

ecossistema analisado. Torna-se necessário, portanto, avançar da dimensão quantitativa da distribuição temática para a análise substantiva do conteúdo das mensagens.

5. ANÁLISE POR ÁREA TEMÁTICA PRÉ-SELECIONADA DENTRE AS MAIS AFETADAS

Os resultados apresentados na seção anterior permitiram identificar quais áreas concentram maior volume de menções e quais experimentaram mudanças mais significativas de saliência ao longo do tempo. A etapa seguinte consiste em examinar o conteúdo dessas ocorrências, buscando compreender de que maneira as políticas públicas são representadas, quais atores são mobilizados como alvos das narrativas e quais enquadramentos morais, políticos e cognitivos estruturam a circulação da desinformação em cada domínio temático.

As subseções a seguir descrevem as narrativas desinformativas predominantes em cada área identificada pelas queries específicas, integrando dados quantitativos e análise qualitativa do conteúdo das mensagens (leitura sistemática de amostras representativas do corpus de cada categoria — aproximadamente 200 a 500 mensagens por área —, com vistas à identificação das narrativas recorrentes, do vocabulário valorativo e dos enquadramentos morais e políticos dominantes). A Tabela 4 oferece uma síntese comparativa das queries específicas aplicadas, complementada pelo Gráfico 5, que apresenta visualmente o volume de mensagens por área temática (query específica) para o período de quatro anos.

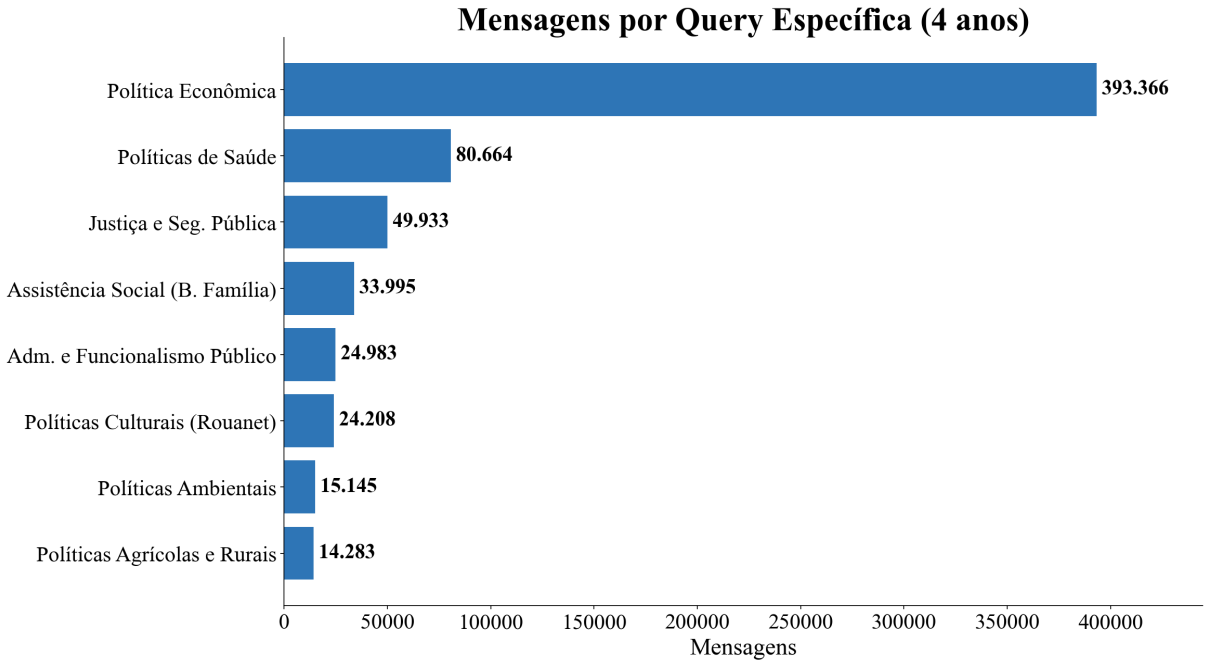
Tabela 4 — Volume de mensagens, canais e grupos por query específica, por área temática (período de 4 anos), extraídos do dashboard de monitoramento (mar/2022–mar/2026). No corpus total monitorado: 57.236.210 mensagens, 1.922 canais e 671 grupos.

Área (Query)	Mensagens	Canais	Grupos	Narrativas predominantes
Administração e Funcionalismo Público	24.983	672	415	Parasitismo, antiprodutividade, contra-Estado
Políticas Agrícolas e Rurais	14.283	561	368	Exaltação do agro, criminalização MST
Políticas Culturais (Lei Rouanet)	24.208	779	420	Aparelho cultural, corrupção simbólica
Assistência Social (Bolsa Família)	33.995	707	444	Dependência, manipulação eleitoral, vínculos PT
Justiça e Segurança Pública	49.933	837	458	Impunidade, antiSTF, PEC Segurança

Área (Query)	Mensagens	Canais	Grupos	Narrativas predominantes
Políticas Ambientais	15.145	550	384	Antiglobalismo, negacionismo climático
Políticas de Saúde	80.664	864	463	Antivacina, negacionismo pandêmico, SUS sucateado
Política Econômica (Pix / Tributação)	393.366	1.298	570	Hiperinflação, Pix vigilância, catastrofismo fiscal

A distribuição das mensagens recuperadas pelas queries específicas revela forte assimetria entre as áreas analisadas. Como mostra o Gráfico 5, a Política Econômica concentra volume muito superior ao das demais categorias, impulsionada sobretudo pelas narrativas associadas ao Pix, à tributação e ao custo de vida. Em um segundo patamar aparecem Saúde e Justiça e Segurança Pública, enquanto as demais áreas apresentam volumes significativamente menores. Essa distribuição sugere que a intensidade da circulação desinformativa não se distribui de forma homogênea entre as políticas públicas, mas tende a se concentrar em temas capazes de mobilizar simultaneamente preocupações econômicas, percepções de risco e sentimentos de ameaça à autonomia individual.

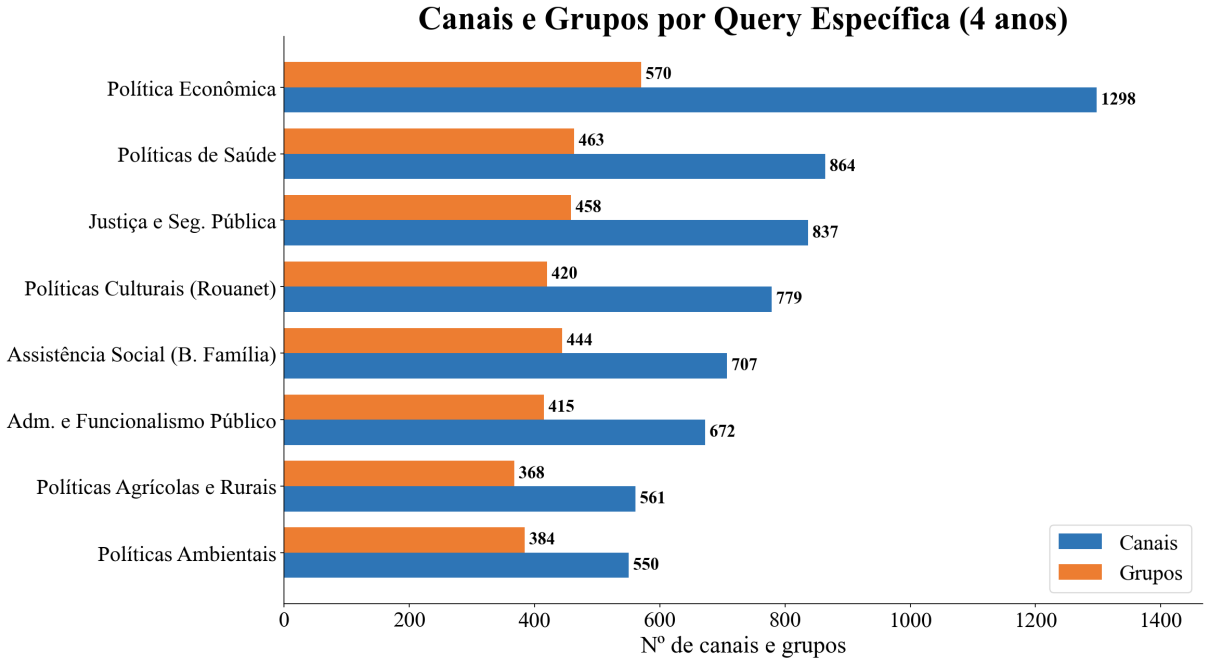
Gráfico 5 — Mensagens por query específica, por área temática (período de 4 anos)



O volume absoluto de mensagens, contudo, não esgota a análise. Uma narrativa pode atingir elevada frequência por estar concentrada em poucos espaços altamente ativos ou, alternativamente, apresentar maior dispersão em diferentes comunidades. Por essa razão, além do número de mensagens, é relevante observar a extensão da circulação das narrativas entre

canais e grupos monitorados.

Gráfico 6 — Canais e grupos por query específica, por área temática (período de 4 anos)



O Gráfico 6 mostra que as áreas de maior volume também tendem a apresentar maior capilaridade no ecossistema analisado, embora com intensidades distintas. A Política Econômica destaca-se não apenas pelo volume de mensagens, mas também pela presença em quase 1.300 canais e 570 grupos, indicando elevada difusão transversal. Saúde, Justiça e Segurança Pública e Políticas Culturais também exibem ampla disseminação, alcançando centenas de comunidades distintas. Em contraste, áreas como Políticas Ambientais e Políticas Agrícolas e Rurais mobilizam volumes menores e circulam em um conjunto mais restrito de espaços. Em conjunto, os dois indicadores sugerem que algumas narrativas não apenas geram mais conteúdo, mas alcançam uma base mais ampla e diversificada de circulação, ampliando seu potencial de influência no ecossistema informacional.

As subseções seguintes examinam, para cada área temática, os conteúdos específicos que sustentam esses padrões de volume e capilaridade, identificando os principais enquadramentos narrativos, vocabulários recorrentes e mecanismos de desinformação observados no corpus.

5.1 Administração e Funcionalismo Público

Dados quantitativos e evolução temporal

Esta área permanece como **a mais mencionada em todos os três períodos analisados**, uma consistência que reflete sua centralidade estrutural nas narrativas extremistas. As 24.983

mensagens identificadas pela query específica estão distribuídas em 672 canais e 415 grupos. O tema da administração pública e do funcionalismo é o eixo organizador de grande parte das críticas ao Estado: todos os demais temas (previdência, assistência social, meio ambiente) são frequentemente enquadrados sob o mesmo *frame* do "inchaço estatal" e do "servidor improdutivo".

Narrativas predominantes e teor desinformativo

A linha discursiva central deslegitima o funcionalismo público por meio de três narrativas articuladas: (a) **caracterização do servidor como "parasita improdutivo"** sustentado pelo contribuinte; (b) **crítica à estabilidade e aos supostos privilégios** do setor público em contraste com o mercado privado; e (c) **associação do crescimento da máquina estatal a governos de esquerda**, especialmente ao governo Lula. Essas representações reforçam uma lógica antissistema que contrapõe o Estado ao "povo pagador de impostos", mobilizando afetos como ressentimento e descrença institucional.

> *"Somos a favor do cristianismo, legítima defesa (porte/posse), livre mercado, destatização, menos políticos, mordomias e privilégios das elites política e do funcionalismo público." (Grupo analisado, postado ~368 vezes entre 2022 e 2026)*

A repetição intensiva e a linguagem emocional caracterizam um ecossistema discursivo orientado à mobilização antissistema. Além do plano textual, circulam imagens e memes com linguagem depreciativa ("mamateiros", "parasitas") e contrastes ideológicos (Estado versus Mercado). As mensagens não apenas desinformam sobre o funcionalismo, mas cumprem uma função política de preparação simbólica para o desmonte do Estado: enfraquecem a legitimidade dos servidores como agentes coletivos e legitimam retóricas de privatização e corte de direitos.

Exemplos do corpus — Administração e Funcionalismo Público (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— *"Supersalários: STJ e TST aprovam pagamento adicional para juízes"*
— *"Supersalários de juízes superam orçamento de políticas públicas em cidades mais pobres"*
— *"Haddad diz que vai retomar debate sobre supersalários"*

Principais pontos de ataque	Mensagens
Privatização / “máquina pública” / destatização	**11.742**
“Mamata” / marajás / supersalários	**5.587**

5.2 Políticas Agrícolas e Rurais

Dados quantitativos e evolução temporal

Com 14.283 mensagens em 561 canais e 368 grupos, as políticas agrícolas e rurais mantêm posição estável no **9º lugar em todos os períodos**. Essa estabilidade pode indicar que o debate agrário no Telegram está associado a uma comunidade de interesse bem delimitada, sem grandes oscilações de saliência em resposta ao ciclo político geral.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As mensagens organizam-se em dois polos narrativos claramente opostos: de um lado, a **exaltação das políticas agrárias do governo Bolsonaro** como marcos de soberania; de outro, a **criminalização da reforma agrária e dos movimentos sociais do campo**, com destaque para o MST. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é descrito sistematicamente como "organização criminosa", "terroristas rurais" e "invasores", operando como marcador simbólico de ameaça à propriedade privada. Esse enquadramento intensificou-se sobretudo em torno dos ataques aos órgãos públicos em Brasília em 8 de janeiro de 2023, contexto em que estudos sobre coordenação de conteúdo em grupos do Telegram documentam padrões semelhantes de disseminação coordenada de conteúdo antidemocrático (Venâncio et al., 2024).

> *"Quando as pessoas vão entender que o MST é uma arma do ESTADO contra o cidadão, assim como os ANTIFAS são UM GRUPO DE MERCENÁRIOS TERRORISTAS usados pelo GOVERNO?" (Mensagem em circulação em múltiplos grupos)*

Um aspecto relevante é a presença de narrativas de **disputas sobre crédito rural e Pronaf**, em que o ex-presidente Bolsonaro reclama protagonismo na modernização da agricultura familiar, esvaziando o vínculo histórico entre políticas redistributivas e esquerda. A estrutura geral das mensagens revela uma polarização político-ideológica deliberada: "patriotas do agro" versus "militantes da esquerda", com mobilização de afetos negativos como ressentimento, medo e indignação. A ausência de fontes oficiais e argumentos factuais reforça um ecossistema informacional fechado. A busca direcionada confirma a assimetria entre os dois polos: a criminalização do MST responde por cerca de 6.366 mensagens, ao passo que a exaltação do agro como símbolo de soberania nacional aparece em 815, o que indica que, nesta área, o repertório de ataque ao adversário supera amplamente o de afirmação positiva, padrão coerente com a lógica do reconhecimento bifurcado descrita por Cesarino (2022), em que a coesão do grupo se organiza menos pela proposta própria do que pela negação do inimigo.

Exemplos do corpus — Políticas Agrícolas e Rurais (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— "Terrorista do PT e MST invadem os 3 poderes" (08/01/2023)
— "INVASÃO: integrantes do MST tentam invadir fazenda"
— (exaltação do agro) "O agro alimenta o mundo; quem persegue o agronegócio está provocando fome no mundo."
— "O agro é fascista? Só na boca de comunista que odeia o agronegócio! Somos o celeiro do mundo."

Principais pontos de ataque	Mensagens
Criminalização do MST (invasão / "terrorista" / baderna)	**6.366**
Exaltação do agro (orgulho / soberania / "paga a conta do país")	**815**

5.3 Políticas Culturais e Lei Rouanet

Dados quantitativos e evolução temporal

Com 24.208 mensagens em 779 canais e 420 grupos, o tema das políticas culturais ocupa a **8ª posição nos últimos dois anos e 7ª nos últimos seis meses**, indicando uma leve ascensão recente. A Lei Rouanet se destaca como o principal alvo simbólico nessa área, funcionando como condensador de críticas que vão do financiamento cultural à suposta "aparelhamento ideológico" da arte e da mídia.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As mensagens descrevem sistematicamente a Lei Rouanet como um dispositivo de **"parasitismo institucional"**: artistas e produtores culturais são identificados como exploradores sistemáticos do erário público. A narrativa sustenta que o apoio financeiro público explicaria a oposição de artistas e jornalistas a Bolsonaro, reforçando a teoria de "aparelhos" de propaganda e vigilância.

> *"CULTURA = sanguessugas da lei rouanet" (Expressão recorrente em múltiplos canais e grupos analisados)*

Um aspecto particularmente relevante é a **dimensão multiplataforma** desse conteúdo: imagens e vídeos postados no Telegram são frequentemente originários de plataformas como Gettr, X (antigo Twitter) e YouTube, e circulam simultaneamente em múltiplos grupos. Uma mesma imagem sobre artistas beneficiários da Lei Rouanet foi publicada dez vezes no mesmo dia em nove grupos distintos do Telegram, com mais de 50 mil inscritos somados. Essa difusão amplifica o alcance das narrativas muito além do corpus analisado. Esse padrão é consistente com evidências de outros estudos sobre o Telegram como nó de circulação cruzada de conteúdos entre plataformas (Sessa; Willaert; Van Soest, 2022; Bovet; Grindrod, 2022).

O efeito discursivo é duplo: corrói a legitimidade das políticas culturais e ativa afetos como ressentimento, desconfiança e antagonismo entre "o povo" e as elites culturais. As acusações carecem em sua maioria de comprovação factual, mas sua repetição e circulação massiva

confere-lhes verossimilhança no ecossistema informacional. Quantitativamente, a busca direcionada distingue dois núcleos de ataque nesta área: a “mamata da Rouanet” (sanguessuga/desvio/dinheiro público), com cerca de 1.752 mensagens, e a desqualificação dos próprios artistas como “doutrinadores” e “parasitas” do erário, com 2.560. O segundo núcleo, mais volumoso, exemplifica o que Wardle e Derakhshan (2017) classificam como má-informação: parte de fatos verificáveis, a existência de incentivos públicos à cultura, para reenquadrá-los moralmente como privilégio ilegítimo, deslocando o ataque da política (a Lei) para a identidade de seus beneficiários.

Exemplos do corpus — Políticas Culturais e Lei Rouanet (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— *"Mamata na Lei Rouanet: governo Lula aumenta"*
— *"'Vão dizer que a mamata voltou', diz Lula ao assinar nova Lei Rouanet"*
— *"Apenas 19 dias e já voltou a mamata da Lei Rouanet… Cláudia Raia levou mais de R$ 5 milhões"*
— *"Zeca Baleiro, mamador de dinheiro público"*
— *"Acabou a mamata da Lei Rouanet 🧐"*
— *(artistas “doutrinadores”) “Em show pago com dinheiro público, artista faz campanha para Lula.”*
— *“…artistas alinhados a Lula conseguem aumento na boquinha…”*

Principais pontos de ataque	Mensagens
“Mamata da Rouanet” (sanguessuga / desvio / dinheiro público)	**1.752**
Artistas como “doutrinadores / parasitas” (dinheiro público)	**2.560**

5.4 Assistência Social e Transferência de Renda

Dados quantitativos e evolução temporal

Apesar da baixa posição no ranking geral (17ª a 18ª posição), as políticas de assistência social e transferência de renda acumulam **cerca de 33.995 mensagens** nas queries específicas, um dos maiores volumes entre as áreas focais. Essa contradição revela uma limitação metodológica importante: a classificação temática automática não captura adequadamente mensagens que falam do Bolsa Família de forma específica, enquadradas em outros contextos (política econômica, moral, etc.). A análise por query específica evidencia, portanto, que este é um dos temas **mais ativamente atacados**, ainda que subdimensionado pelos índices temáticos gerais.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As narrativas articulam-se em três eixos principais. O **primeiro eixo moral** enquadra os beneficiários como "encostados", "vagabundos" e "peso morto", construindo uma oposição entre trabalho versus dependência e cidadão produtivo versus beneficiário improdutivo. O **segundo eixo político-eleitoral** acusa o Bolsa Família de ser instrumento de "compra de votos"

do PT, "escravizando" a população pobre em dependência estatal para garantir apoio eleitoral.

> *"N sô contra o Bolsa Família. A qstão é q o governo prefere manter este povo preso no benefício social, ao invés d incentivar a saída com auxílio d crédito e encaminhamento pro emprego ou curso profissionalizante." (Grupo analisado, novembro de 2024)*

O **terceiro eixo econômico-administrativo** critica a sustentabilidade fiscal dos programas, apresentando-os como instrumentos que "incham os gastos públicos" e "desestimulam o empreendedorismo". Uma ambiguidade "pragmática" atravessa essas narrativas: os mesmos grupos que atacam o Bolsa Família defendem o Auxílio Emergencial do governo Bolsonaro como política "mais generosa e eficiente", revelando que a crítica não é à transferência de renda em si, mas à identidade política de quem a implementa.

Discursos complementares associam a assistência social a conspirações globalistas ("renda mínima universal" como projeto de controle estatal) e mobilizam xenofobia comparativa (imigrantes que "vivem às custas da segurança social" em Portugal). A coexistência, nos mesmos grupos, de mensagens com tom "informativo" (tutoriais sobre como consultar o cadastro) com conteúdos hostis revela um ecossistema comunicacional que combina pragmatismo e polarização. É sintomático que o subtema estritamente factual (fraude, desvio ou irregularidade no Bolsa Família) responda por apenas 443 mensagens, volume reduzido frente ao enquadramento moral e eleitoral predominante: confirma-se que o ataque ao programa opera menos pela alegação de fraude verificável do que pela inversão moral do beneficiário (Wardle; Derakhshan, 2017), reforçando o paradoxo a ser apresentado na subseção 6.3, mais adiante.

Exemplos do corpus — Assistência Social e Transferência de Renda (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

> *— "A turminha da cervejinha e do bolsa família não quer trabalhar"*
> *— "Vitórias do PT no [Nordeste] nas eleições…" (associação voto–benefício)*
> *— "bostileiro médio: …vagabundo… bolsa família"*
> *— (fraude / "pente-fino") "Fraude no Bolsa Família: 1,4 milhão omitem parceiro para manter o benefício."*
> *— "Governo Lula faz pente-fino no Bolsa Família, bloqueando 8,4 milhões de beneficiários."*

Principais pontos de ataque	Mensagens
Dependência / preguiça / "curral eleitoral"	**814**
Fraude / desvio / "pente-fino" no Bolsa Família	**443**

5.5 Justiça e Segurança Pública

Dados quantitativos e evolução temporal

Com cerca de 49.933 mensagens em 837 canais e 458 grupos, a área de Justiça e Segurança Pública está entre as áreas de maior volume nas queries específicas, atrás apenas de Política

Econômica e Saúde. No ranking geral, mantém posição relativamente estável (12ª → 11ª → 11ª), com leve alta no período mais recente. A estabilidade contrasta com a expressividade do volume, sugerindo que o tema é altamente mobilizador em termos de engajamento, mas distribuído por muitas categorias ao mesmo tempo.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As mensagens constroem uma visão de colapso do sistema de segurança pública, combinando **impunidade, corrupção e ineficiência estatal**. O sistema penitenciário é descrito como "escola do crime"; o judiciário — especialmente o STF — como aliado da criminalidade, que "libertaria traficantes, corruptos e ladrões do campo progressista". Os policiais são retratados como "heróis negligenciados", submetidos a riscos sem apoio institucional.

Um eixo narrativo mais recente (presente especialmente nos últimos seis meses) concentra-se na **PEC da Segurança Pública**, interpretada como tentativa do governo Lula de centralizar o controle sobre as forças policiais para "aparelhar" as instituições e perseguir opositores. Essa narrativa combina preocupações com federalismo e autonomia dos estados com retórica antidemocrática que equipara a proposta a um "Estado bolivariano". Em registro complementar, e por vezes nas mesmas comunidades, a PEC é também desqualificada como medida superficial e ineficaz, incapaz de enfrentar a criminalidade, enquadramento que convive com a acusação de aparelhamento e do qual a postagem a seguir é exemplar:

> *"A PEC de Lula representa um retrocesso para a Segurança Pública. Em vez de enfrentar o problema de frente, oferece apenas um 'paliativo' superficial e ineficaz." (Flávio Bolsonaro, compartilhado amplamente no Telegram, novembro de 2024)*

Narrativas conspiratórias de matriz QAnon também estão presentes, descrevendo o Estado como "infiltrado por comunistas e globalistas". A articulação entre a crítica ao sistema de justiça, a defesa de militares e policiais e a agenda de endurecimento penal constitui um ecossistema discursivo coeso orientado à deslegitimação das instituições democráticas de controle. A busca direcionada dimensiona esses eixos: o ataque ao STF (ditadura/censura/aparelhamento) concentra cerca de 33.040 mensagens, enquanto o eixo garantista — a denúncia do “bandido bom”, da impunidade e da “saidinha” — alcança cerca de 9.671 (medida com o termo “impunidade” restrito a coocorrências com referências ao crime ou ao STF, de modo a excluir usos genéricos). A articulação entre ambos converte a crítica à criminalidade em deslegitimação das próprias instituições de controle democrático, padrão que González-Bailón e Lelkes (2023) associam à redefinição das normas de aceitabilidade no espaço público digital.

Exemplos do corpus — Justiça e Segurança Pública (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— "Moraes faz mal ao Brasil, ao STF e à nossa democracia. Tentou destruir Bolsonaro…"
— "Toffoli… decisão do STF que oficializa censura das redes sociais"
— "'Armada com um baton', condenada pelo STF. Se o Brasil não é uma ditadura, por que tem presos políticos?"
— "Conheça o Gabinete do Ódio do STF… criada por Barroso"
— (garantismo / "bandido bom") "Bandido bom é bandido morto."
— "URGENTE — Governo Lula pretende judicializar a questão da 'saidinha' no STF."

Principais pontos de ataque	Mensagens
Anti-STF (ditadura / censura / Moraes / aparelhamento)	**33.040**
Garantismo / "bandido bom" / impunidade / "saidinha"	**9.671**

5.6 Políticas Ambientais

Dados quantitativos e evolução temporal

Com cerca de 15.145 mensagens em 550 canais e 384 grupos — proporção semelhante à de Políticas Agrícolas e Rurais —, as políticas ambientais ocupam a **5ª posição nos períodos de 4 anos e 6 meses**. A leve oscilação entre períodos (5º → 6º → 5º) sugere estabilidade associada a eventos concretos como COP29, COP30 e G20.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As narrativas ambientais organizam-se em torno de três eixos interconectados. O **eixo soberanista** reinterpreta o agronegócio como símbolo de autonomia nacional, enquadrando críticas ambientais estrangeiras como "protecionismo disfarçado". O **eixo negacionista** descreve o aquecimento global como manipulação deliberada para justificar controle populacional e criação de impostos "verdes", com cientistas e agências internacionais apresentados como instrumentos de uma elite interessada em dominar a população.

> *"As mudanças climáticas são explicadas pela variação orbital ou ciclo de Milankovitch. As atividades humanas não são capazes de mudar o clima da Terra. Isso é a conversa que os países imperialistas da Otan tentam vender ao Sul Global para poderem explorar nossos recursos..." (Grupo do Telegram, setembro de 2024)*

O **terceiro eixo** é a **moralização antipetista da pauta ambiental**: políticas ambientais do governo Lula são apresentadas como submissão a organismos internacionais e "erosão da soberania nacional". A COP30, ocorrida em Belém em 2025, é retratada como ameaça à produção nacional e instrumento de imposição de agendas "nefastas" de governança global. Especificamente, termos como "Agenda 2030", "Soros", "Klaus Schwab" e "Nova Ordem Mundial" são mobilizados como evidências de uma conspiração globalista ambiental.

Entre os subtemas passíveis de mensuração direta por meio das buscas direcionadas, destacam-se o negacionismo climático e o enquadramento do chamado "globalismo verde", ambos com peso quantitativo semelhante. O primeiro responde por cerca de 2.546 mensagens e o segundo

por 2.446, evidenciando que a recusa da ciência climática e as teorias conspiratórias sobre governança global operam como pilares complementares da narrativa ambiental. O eixo soberanista, por sua vez, atravessa ambos os enquadramentos, reinterpretando restrições ambientais, acordos internacionais e agendas climáticas como formas de ameaça à autonomia nacional. Em conjunto, esses elementos ilustram um mecanismo recorrente das narrativas conspiratórias contemporâneas: qualquer evidência produzida por instituições científicas, organismos multilaterais ou autoridades públicas é recodificada como prova adicional da conspiração denunciada, num processo que, na perspectiva cibernética de Cesarino (2022), converte informações contraditórias em confirmações do próprio código amigo–inimigo.

Exemplos do corpus — Políticas Ambientais (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— *"O aquecimento global é uma grande mentira, criada para manipular mercados"*
— *"WEF: Proibição global de alimentos cultivados em casa" (canal AGENDA 2030)*
— *"o culto climático nunca acertou uma única previsão em 50 anos. É uma farsa"*
— *"globalistas podem implementar bloqueios climáticos sem oposição"*
— *(globalismo verde / "Agenda 2030") "Deputado espanhol contra a Agenda 2030 e o Pacto Verde."*
— *"Ministra da Saúde usa 'carta coringa da Agenda 2030' para justificar casos de dengue."*

Principais pontos de ataque	Mensagens
Negacionismo climático ("aquecimento global é mentira/farsa")	**2.546**
Globalismo verde / "Agenda 2030"	**2.446**

** Sub-tema negacionismo climático ("aquecimento global" = mentira/farsa/fraude); total da área (query específica, 4 anos): 15.145 mensagens. Segundo sub-tema — globalismo verde / "Agenda 2030": 2.446 mensagens.*

5.7 Políticas de Saúde

Dados quantitativos e evolução temporal

As Políticas de Saúde ocupam a 4ª posição no ranking temático do monitoramento geral no período de quatro anos (mar/2022–mar/2026), subindo para a 3ª posição no biênio 2024–2026 e retornando à 4ª nos últimos seis meses (set/2025–mar/2026), com cerca de 98.186 mensagens identificadas no corpus geral de monitoramento. No âmbito das queries específicas, a Saúde é a segunda área de maior volume entre as oito monitoradas, com 80.664 mensagens distribuídas por 864 canais e 463 grupos, atrás apenas da Política Econômica, o que confirma sua centralidade também no léxico de ataque direto a políticas públicas. O pico relativo no biênio 2024–2026 pode ser associado à retomada do debate vacinal em contexto pós-pandêmico e à intensificação das críticas à gestão do SUS. Ainda assim, parte significativa das mensagens sobre saúde circula sob formulações mais difusas — catastrofismo sanitário, negacionismo científico e moralização do corpo —, o que ajuda a explicar a distância entre o volume captado pela query específica e a posição registrada na classificação temática geral.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As narrativas sobre saúde organizam-se em torno de três eixos estruturais. O eixo antivacinal constitui o corpus mais volumoso e persistente: mensagens associando as vacinas contra COVID-19 a danos cardíacos, mortes súbitas e controle populacional circulam anos após o pico pandêmico, frequentemente ancoradas em estudos descontextualizados, relatos pessoais e referências a "kit covid" e ivermectina, termos que funcionam menos como afirmações empíricas e mais como marcadores identitários de pertencimento ideológico. O eixo de sucateamento do SUS reinterpreta déficits reais do sistema público de saúde como evidência de sabotagem intencional: relatos de superlotação, falta de medicamentos e filas de espera são apresentados como prova de um projeto deliberado de destruição da saúde pública, atribuído a governos petistas. O terceiro eixo, de moralização sanitária, vincula saúde à esfera moral e identitária conservadora: narrativas sobre "ideologia de gênero na medicina", críticas à "medicalização da infância" e desconfiança em relação à OMS e à OPS articulam pânico moral com recusa da autoridade científica, produzindo desinformação que opera pela reconfiguração simbólica das categorias médicas. A mensuração por busca direcionada confirma a hierarquia entre esses eixos: o repertório antivacinal concentra cerca de 19.872 mensagens, ao passo que o eixo de sucateamento do SUS (fila, falta de medicamentos, projeto deliberado de destruição) responde por 2.788. Mesmo o eixo factualmente ancorado em déficits reais do sistema é, portanto, reenquadrado como sabotagem intencional, ilustrando a desinformação de segundo grau (Egelhofer; Lecheler, 2019), que ataca menos os fatos do que as autoridades incumbidas de interpretá-los.

Exemplos do corpus — Políticas de Saúde (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— *"Campanha de vacinação das abelhas, sob o pretexto do aquecimento global"*
— *"(Natural News) … os bloqueios do Covid…"*
— *"Você está pronto para as VACINAS CLIMÁTICAS… liberadas por globalistas anti-humanos?"*
— *"a ciência não deve ser tratada como verdade absoluta"*
— *(sucateamento do SUS) "Tanto no SUS como no privado a fila de espera é a mesma…"*
— *"Enquanto isso, na fila do SUS…"*

Principais pontos de ataque	Mensagens
Antivacinal / negacionismo pandêmico	**19.872**
Sucateamento do SUS (fila / "falta de" / destruir)	**2.788**

** Sub-tema antivacinal (vacina + morte/"efeitos colaterais"/experimental/"kit covid"/controle populacional); total da área (4 anos): 80.664 mensagens. Segundo sub-tema — sucateamento do SUS (fila / falta de / destruir): 2.788 mensagens.*

5.8 Política Econômica

Dados quantitativos e evolução temporal

A Política Econômica ocupa a 2ª posição no ranking temático em todos os três períodos analisados — a única área, ao lado da Administração Pública, a manter essa consistência absoluta ao longo de quatro anos. Essa estabilidade é significativa: ao contrário de áreas como Previdência ou Comunicação, que registram oscilações expressivas entre períodos, a Política Econômica permanece como segundo eixo estrutural das narrativas de extrema-direita no Telegram, independentemente do contexto político imediato. No conjunto das queries específicas, a Política Econômica — incluídos os ataques ao Pix — é, isoladamente, a área de maior volume, com cerca de 393.366 mensagens no período de quatro anos, distribuídas por 1.298 canais e 570 grupos — o mais amplo alcance entre todas as áreas analisadas.

O léxico identificado no corpus articula termos formais — carga tributária, inflação, PIB, Pix, pagamentos — com um léxico vernacular de catastrofização: "hiperinflação", "país quebrando", "dólar nas alturas", "economia destruída". Essa coexistência entre vocabulário técnico e linguagem emocional é característica da área e distingue-a de outras temáticas com léxico majoritariamente informal.

Narrativas predominantes e teor desinformativo

As mensagens organizam-se em torno de quatro eixos narrativos articulados. O primeiro eixo catastrofista projeta colapso econômico iminente sob o governo Lula: narrativas sobre hiperinflação, quebra do real, desabamento do PIB e fuga de investimentos circulam de forma recorrente, frequentemente descontextualizando indicadores reais ou atribuindo a governos de esquerda responsabilidade exclusiva por flutuações conjunturais.

O segundo eixo tributário sustenta que o Brasil possui "a maior carga tributária do mundo" e que o governo atual estaria sistematicamente ampliando impostos para sustentar uma máquina estatal clientelista. Dados fiscais são frequentemente manipulados ou descontextualizados para alimentar essa narrativa, que articula crítica econômica com deslegitimação do Estado como agente redistributivo.

> *"O governo Lula já aumentou 14 impostos em menos de 2 anos. O Brasil é o país que mais tributa o trabalhador no mundo. A conta vai chegar pra você." (Mensagem em circulação em múltiplos canais, 2024)*

O terceiro eixo comparativo-nostálgico mobiliza sistematicamente o período Bolsonaro como contraponto positivo: dados seletivos sobre dólar, desemprego e crescimento do PIB entre 2019 e 2022 são apresentados como evidência de gestão econômica superior, omitindo o contexto da

pandemia, os efeitos do auxílio emergencial e a trajetória fiscal do período. Esse eixo opera menos pela falsidade direta do que pela seleção enviesada de evidências — um caso típico de enquadramento hiperpartidário aplicado a dados econômicos reais.

O quarto eixo concentra-se em narrativas sobre o Pix como instrumento de vigilância e controle estatal: desde sua implantação, o sistema de pagamentos instantâneos é alvo recorrente de desinformação, associado a projetos de "tributação automática", "controle de gastos pelo governo" e "fim do dinheiro em espécie como instrumento de liberdade individual". Essas narrativas conectam a crítica econômica ao repertório conspiratório mais amplo — Nova Ordem Mundial, controle digital de populações —, amplificando seu alcance para além do debate econômico estrito. Para uma análise aprofundada desse enquadramento no ecossistema de desinformação digital brasileiro, ver Nascimento, Cesarino e Soares (2026).

O efeito discursivo combinado desses eixos é a produção de uma percepção generalizada de insegurança econômica e ilegitimidade da gestão estatal, que alimenta desconfiança institucional mesmo em contextos de estabilidade macroeconômica relativa. Conforme demonstrado por Perl, Howlett e Ramesh (2018, p. 591, 594), essas misperceptions econômicas tendem a atravessar ambientes técnicos e decisórios, condicionando tanto a avaliação popular das políticas quanto a disposição de agentes do Estado para defendê-las publicamente.

Exemplos do corpus — Política Econômica (busca direcionada no dashboard, mar/2022–mar/2026)

— "Não é taxação do Pix, é controle."
— "O PIX não vai ser taxado, a taxa é apenas para o valor movimentado" (correção factual ressignificada)
— "Lula gastará até R$ 50 milhões… para dizer que não quis taxar o Pix"

Principais pontos de ataque	Mensagens
Carga tributária / “país que mais tributa”	**5.647**
Taxação do Pix	**3.962**
Catastrofismo (hiperinflação / quebra / dólar)	**1.796**

6. SÍNTESE INTERPRETATIVA E CONCLUSÕES

A análise comparativa dos três períodos — quatro anos, dois anos e seis meses — permite delinear um conjunto de conclusões sobre a evolução das narrativas desinformativas sobre políticas públicas no Telegram.

6.1 A consistência do núcleo ideológico

A permanência de Administração Pública e Política Econômica no topo do ranking em todos os períodos revela que o **ataque ao Estado** e ao "servidor improdutivo" não é uma resposta

reativa a eventos concretos, mas um eixo ideológico estrutural. Esse núcleo funciona como *frame* organizador: praticamente todas as demais críticas setoriais (à cultura, à previdência, ao meio ambiente) são reapropriadas como evidências do mesmo diagnóstico: um Estado inchado, capturado por interesses partidários e inimigo do "contribuinte-trabalhador". A Política Econômica, em particular, opera como amplificador transversal desse núcleo: narrativas sobre inflação, carga tributária, endividamento público e desvalorização cambial funcionam como veículos de catastrofização que reforçam e conectam as críticas setoriais a uma leitura geral de colapso do Estado. O que distingue essa área das demais é sua capacidade de articular o repertório econômico técnico (PIB, taxa de juros, déficit primário) com linguagem emocional de crise iminente, tornando o argumento acessível e mobilizador mesmo para públicos sem formação econômica. A coexistência de "hiperinflação" e "dólar nas alturas" com dados seletivamente recortados configura um padrão de desinformação econômica que opera menos pela falsidade factual direta do que pela descontextualização sistemática de indicadores reais, um caso exemplar do enquadramento hiperpartidário aplicado ao debate macroeconômico.

6.2 Deslocamentos temáticos recentes

A ascensão da Previdência Social (6º → 3º) e o declínio de Comunicação (3º → 8º) e Defesa Nacional (11º → 17º) sugerem uma reorientação discursiva em curso. O arrefecimento das narrativas militaristas pós-2022 e a redução dos ataques à "mídia tradicional" (possivelmente reflexo da consolidação de um ecossistema alternativo de informação) abrem espaço para um novo ciclo de narrativas centradas na crise fiscal, no "inchaço previdenciário" e na "irresponsabilidade fiscal" do governo Lula. A ascensão de Relações Exteriores reforça esse cenário: o foco desloca-se de disputas internas para a arena internacional, instrumentalizada como prova de "submissão" e "perda de soberania". Nesse contexto, a estabilidade da Política Econômica na segunda posição ao longo de todo o período analisado assume significado interpretativo específico: enquanto outras áreas oscilam em função de eventos concretos (eleições, escândalos, eventos climáticos), a economia permanece como ancoragem permanente do discurso desinformativo. Isso sugere que a crítica econômica ao governo de turno não é conjuntural, mas constitutiva da gramática política da extrema-direita no Telegram, funcionando como argumento de reserva sempre disponível independentemente da pauta imediata.

6.3 O paradoxo da assistência social

A baixa posição no ranking geral (17º–18º) em contraste com o alto volume específico (~33.995 mensagens) evidencia o **paradoxo da assistência social**: é um dos temas mais ativamente atacados nas comunidades analisadas, mas sua presença discursiva está fragmentada por múltiplos outros enquadramentos. Isso tem implicações metodológicas (rankings temáticos gerais podem subestimar a relevância de políticas específicas) e interpretativas: ataques ao Bolsa Família não são classificados como "assistência social", mas como crítica moral, crítica econômica e crítica político-eleitoral simultaneamente.

Essa distribuição pode ser compreendida nos seguintes termos: o Bolsa Família é frequentemente mencionado em mensagens cujo enquadramento central é a crítica moral ao receptor do benefício (capturado pela área de Administração Pública), a denúncia de "compra de votos" (Política Eleitoral) ou a associação com "vagabundagem" e "dependência estatal" (Trabalho e Emprego). A categoria de Assistência Social, tal como definida pelas queries formais, captura preferencialmente mensagens que mencionam programas pelo nome e com foco na política em si, deixando de fora o universo mais amplo das mensagens que os instrumentalizam como símbolo de outros alvos discursivos. Para fins de análise de impacto sobre a adesão às políticas sociais, essa dispersão não é trivial: indica que o ataque ao Bolsa Família é mais penetrante do que os rankings gerais sugerem, pois opera simultaneamente em múltiplos registros discursivos, tornando-o resistente a estratégias de monitoramento centradas em uma única categoria temática.

6.4 A lógica transversal: deslegitimação simbólica

Em todas as áreas, as narrativas partilham uma lógica discursiva comum: a **deslegitimação simbólica das políticas públicas** por meio de três dispositivos — (i) personalização (associar políticas ao PT, a Lula ou à "esquerda globalista"); (ii) inversão moral (transformar beneficiários em "parasitas" e distribuidores em "tiranos"); e (iii) enquadramento conspiratório (apresentar políticas como instrumentos de controle, captura ou submissão). Essas estratégias constroem ecossistemas informacionais fechados nos quais a contradição factual tem baixo impacto, pois o argumento opera no plano dos afetos e das identidades.

Os dados indicam que, embora o ecossistema desinformativo no Telegram tenha se consolidado em torno de menos atores, sua intensidade discursiva permanece elevada e sua capacidade de reorientação temática é alta. O enquadramento teórico apresentado nesta nota — articulando desordem informacional, polarização afetiva e erosão da coesão social — permite compreender

esse fenômeno não como simples "ruído" comunicativo, mas como um processo estruturado de deslegitimação das instituições democráticas e das políticas públicas, com efeitos potenciais sobre a confiança institucional, a adesão aos programas sociais e a cooperação cívica. O monitoramento sistemático e comparativo, como realizado para elaboração desta nota, é, portanto, instrumento essencial para antecipar e compreender os próximos ciclos de narrativas contra as políticas públicas brasileiras.

Caso exemplar desse padrão é a controvérsia sobre a suposta taxação do Pix em janeiro de 2025, quando a Instrução Normativa n. 2.219/2024 da Receita Federal — que não criava qualquer novo tributo, limitando-se a atualizar as regras da e-Financeira para que instituições de pagamento (entre elas as operadoras de Pix) informassem ao Fisco, para fins de fiscalização, movimentações mensais acima de R$ 5 mil (pessoas físicas) e R$ 15 mil (pessoas jurídicas) — foi distorcida como se houvesse instituído um "imposto sobre o Pix": a simples obrigação de prestar informações foi reapresentada como taxação das transferências, convertendo-se em suposta ameaça existencial à liberdade econômica dos cidadãos. Operando segundo a lógica dos fatos afetivos e da preempção, o ecossistema desinformativo transformou a ferramenta de pagamentos digital mais popular do país em símbolo da hostilidade estatal ao empreendedorismo, gerando pânico moral, retração econômica e reações institucionais imediatas. O episódio ilustra como narrativas falsas ganham tração mesmo quando os fatos são verificáveis, em razão da estrutura epistêmica própria da desinformação, que opera sobre bases afetivas e identitárias resistentes à simples refutação factual (Nascimento; Cesarino; Soares, 2026).

6.5 A economia como gramática do ressentimento

A análise da Política Econômica como área autônoma (desenvolvida na Seção 5.8) revela uma dimensão adicional da lógica discursiva transversal identificada nesta nota. As narrativas econômicas não apenas desinformam sobre indicadores macroeconômicos: elas constroem uma gramática do ressentimento que conecta a experiência cotidiana de insegurança financeira (inflação percebida, custo de vida, instabilidade do emprego) a um enquadramento político que responsabiliza exclusivamente o Estado e os governos de esquerda por essas condições. O Pix, por exemplo, transforma-se de ferramenta de inclusão financeira em instrumento de vigilância estatal; a reforma tributária, de mecanismo de racionalização fiscal em confisco patrimonial; o crescimento do gasto público, de política anticíclica em dilapidação do patrimônio do contribuinte.

Esse processo de ressignificação econômica opera em articulação direta com os três dispositivos de deslegitimação identificados na seção 6.4: personalização (a crise é "do PT" ou "de Lula"), inversão moral (o contribuinte como vítima, o beneficiário como explorador) e enquadramento conspiratório (organismos internacionais e elites globais como beneficiários ocultos do modelo econômico). A gramática econômica do ressentimento é, portanto, simultaneamente um repertório de crítica política e um mecanismo de coesão identitária: ela converte a percepção de injustiça econômica em pertencimento ao grupo dos "produtivos" contra o Estado parasitário.

6.6 Considerações finais: os fenômenos à luz da teoria

À luz do enquadramento teórico apresentado na Seção 2, os fenômenos observados nesta nota podem ser sintetizados em três planos articulados. No plano da desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2017), as narrativas analisadas raramente se reduzem a falsidades factuais simples: predominam a má-informação e a descontextualização, ou seja, “fatos reais” recortados e reenquadrados, o que confere à desinformação hiperpartidária maior resistência à checagem. No plano da polarização afetiva, a recorrência de léxicos de inimizade (“parasitas”, “globalistas”, “sanguessugas”) confirma que o discurso opera menos pela persuasão racional do que pela consolidação de identidades de grupo, amplificada pela mediação algorítmica das câmaras de eco.

No plano da coesão social e da legitimidade das políticas públicas, a estabilidade do núcleo ideológico — o ataque ao Estado e à economia do governo de turno — revela um processo estruturado de deslegitimação, para além de um mero ruído conjuntural, o que acaba por corroer o lugar do Estado como agente das políticas públicas ao longo do tempo. Ao converter a experiência cotidiana de insegurança em ressentimento dirigido às instituições, esse ecossistema erode a confiança institucional e a disposição à cooperação cívica que sustentam a adesão aos programas públicos. Conclui-se que o enfrentamento da desinformação sobre políticas públicas exige menos a refutação pontual de mensagens isoladas e mais a compreensão (e o monitoramento sistemático e comparativo, como o realizado nesta nota) da gramática afetiva e identitária que confere tração a essas narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLPORT, F. H. *Social psychology.* Cambridge: Houghton Mifflin, 1924.

ALVISI, L.; TARDELLI, S.; TESCONI, M. Unraveling the Italian and English Telegram Conspiracy Spheres through Message Forwarding. *arXiv preprint*, arXiv:2404.18602, 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2404.18602. Acesso em: 24 jun. 2026.

BARRATT, M. J.; MADDOX, A. Active engagement with stigmatised communities through digital ethnography. *Qualitative Research*, v. 16, n. 6, p. 701–719, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177/1468794116648766 Acesso em: 28 maio 2026

BOVET, A.; GRINDROD, P. Organization and evolution of the UK far-right network on Telegram. Applied Network Science, v. 7, n. 76, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s41109-022-00513-8. Acesso em: 24 jun. 2026.

CESARINO, L. *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital.* São Paulo: Ubu Editora, 2022.

EGELHOFER, J. L.; LECHELER, S. Fake News as a Two-Dimensional Phenomenon: A Framework and Research Agenda. *Annals of the International Communication Association*, v. 43, n. 2, p. 97–116, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/23808985.2019.1602782 . Acesso em: 28 de maio de 2026.

FERGUSON, B. Offline 'stranger' and online lurker: methods for an ethnography of illicit transactions on the darknet. *Qualitative Research*, *17*(6), 683-698, 2017. DOI: https://doi.org/10.1177/1468794117718894 . Acesso em: 28 maio 2026

GONZÁLEZ-BAILÓN, S.; LELKES, Y. Do social media undermine social cohesion? A critical review. *Social Issues and Policy Review*, v. 17, n. 1, p. 155–180, 2023. DOI: https://doi.org/10.1111/sipr.12091 . Acesso em: 28 maio 2026

GUESS, A. M. et al. Reshares on social media amplify political news but do not detectably affect beliefs or opinions. *Science*, v. 381, n. 6656, p. 404–408, 2023. DOI: https://doi.org/10.1126/science.add8424 . Acesso em: 28 maio 2026

KUMLIN, S.; ROTHSTEIN, B. Making and Breaking Social Capital: The Impact of Welfare-State Institutions. *Comparative Political Studies*, v. 38, p. 339–365, 2005. DOI: https://doi.org/10.1177/0010414004273203 . Acesso em: 26 maio 2026

MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. Birds of a Feather: Homophily in Social

Networks. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 415–444, 2001. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2678628 . Acesso em: 26 maio 2026

NASCIMENTO, L.; CESARINO, L.; FONSECA, P. *Far-right publics on Brazilian Telegram: a mixed-methods approach to digital anthropology*. UNESCO, LiiV Center for Innovating Digital Anthropology (USA), 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384901.locale=en . Acesso em: 28 maio 2026

NASCIMENTO, L. F.; CESARINO, L. M. C. N.; SOARES, A. Ecossistema de Desinformação e Radicalização: repercussões no policymaking. In: KOGA, N. M. et al. (Org.). *Políticas Públicas Informadas por Evidências.* Rio de Janeiro: IPEA, 2026. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/9786556351001cap4. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/278146aa-45fb-4f45-98e8-da05e505f155/content

NYHAN, B.; REIFLER, J. When Corrections Fail: The Persistence of Political Misperceptions. *Political Behavior*, v. 32, n. 2, p. 303–330, 2010. DOI: https://doi.org/10.1007/s11109-010-9112-2 . Acesso em: 26 mai 2026

NYHAN, B. et al. Like-minded sources on Facebook are not the primary drivers of political polarization. *Nature*, v. 620, p. 137–144, 2023. DOI: https://doi.org/10.1038/s41586-023-06297-w . Acesso em: 26 maio 2026

PARISER, E. *The Filter Bubble: What The Internet Is Hiding From You.* Londres: Penguin Books, 2011.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. The psychology of fake news. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 25, n. 5, p. 388–402, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.tics.2021.02.007 . Acesso em: 26 mai 2026

PAVÃO, N.; DAIER, V. *Desinformação e políticas públicas: uma abordagem conceitual (no prelo)*. Brasília: IPEA, 2026.

PERL, A.; HOWLETT, M.; RAMESH, M. Policy-making and truthiness: Can existing policy models cope with politicized evidence and willful ignorance in a "post-fact" world? *Policy Sciences*, v. 51, n. 4, p. 581–600, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s11077-018-9334-4 . Acesso em: 26 mai 2026.

PRENTICE, D. A.; MILLER, D. T. Pluralistic ignorance and alcohol use on campus: some consequences of misperceiving the social norm. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 64, n. 2, p. 243–256, 1993. DOI: https://doi.org/10.1037//0022-3514.64.2.243 . Acesso em:

ROTHSTEIN, B.; TEORELL, J. What Is Quality of Government? A Theory of Impartial Government Institutions. *Governance*, v. 21, p. 165–190, 2008. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2008.00391.x . Acesso em: 26 mai 2026

SCHULZE, H.; HOHNER, J.; GREIPL, S.; GIRGNHUBER, M.; DESTA, I.; RIEGER, D. Far-right conspiracy groups on fringe platforms: a longitudinal analysis of radicalization dynamics on Telegram. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 28, n. 4, p. 1103–1126, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1177/13548565221104977. Acesso em: 24 jun. 2026.

SESSA, Maria Giovanna; WILLAERT, Tom; VAN SOEST, Jeroen. The disinformative ecosystem: link sharing practices on Telegram as evidence of cross-platform amplification. Brussels: EDMO BELUX – BE-LUX Research Hub on Digital Media and Disinformation, 2022. Disponível em: https://belux-edmo.s3-accelerate.amazonaws.com/wp-content/uploads/2023/03/EDMOBELUX_The-disinformative-ecosystem-FINAL-updated.pdf Acesso em: 24 jun. 2026.

TOPINKA, R.; FINLAYSON, A.; OSBORNE-CAREY, C. The trap of tracking: digital methods, surveillance, and the far right. *Surveillance & Society*, v. 19, n. 3, p. 375-381, 2021. DOI: https://doi.org/10.24908/ss.v19i3.15018 . Acesso em: 26 mai 2026

TÖRNBERG, P. et al. Modeling the emergence of affective polarization in the social media society. *PLoS ONE*, v. 16, n. 10: e0258259, 2021. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0258259. Acesso em: 26 mai. 2026

TUCKER, J. A. et al. Social media, political polarization, and political disinformation: a review of the scientific literature. *SSRN*, March, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3144139 . Acesso em: 28 mai. 2026

UNITED NATIONS. *Our Common Agenda — Policy Brief 8: Information Integrity on Digital Platforms*. New York: United Nations, jun. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-06/our-common-agenda-policy-brief-information-integrity-en.pdf . Acesso em: 28 mai. 2026

VAN DER NAGEL, E. 'Networks that work too well': intervening in algorithmic connections. *Media International Australia*, 168(1), 81-92, 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/1329878X18783002 . Acesso em: 28 mai. 2026

VENÂNCIO, O. R.; GONÇALVES, G. H. S.; FERREIRA, C. H. G.; SILVA, A. P. C.

Evidências de disseminação de conteúdo no Telegram durante o ataque aos órgãos públicos brasileiros em 2023. In: *Anais do Brazilian Symposium on Multimedia and the Web (WebMedia)*, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5753/webmedia.2024.241972. Acesso em: 24 jun. 2026.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html. Acesso em: 28 mai. 2026.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Thinking about "Information Disorder": Formats of Misinformation, Disinformation, and Mal-information. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (Eds.). *Journalism, Fake News & Disinformation*, p. 43-54 Paris: Unesco, 2018. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/1641987?v=pdf#files . Acesso em: 28 mai. 2026